

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL

JANE MARIA MEDEIROS

**O INSTITUTO DE ECONOMIA/UFRJ: MEMÓRIA E
REPRESENTAÇÃO NOS DISCURSOS E NARRATIVAS
DOS SEUS PROFESSORES - 1979-1996**

RIO DE JANEIRO

2005

JANE MARIA MEDEIROS

O INSTITUTO DE ECONOMIA/UFRJ: memória e representação nos discursos e narrativas dos seus professores - 1979-1996

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Memória Social

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Evelyn Goyannes Dill Orrico

RIO DE JANEIRO

2005

M488 Medeiros, Jane Maria.

O Instituto de Economia/UFRJ: memória e representação nos discursos e narrativas dos seus professores - 1979-1996 / Jane Maria Medeiros. – 2005.
95f.: il.

Inclui bibliografia.

Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Memória Social) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2005.

Orientadora: Evelyn Goyannes Dill Orrico.

1. Memória. 2. Memória Institucional. 3. Representação
4. Identidade. 5. Discurso. 6. Memória – Teses. I. Orrico, Evelyn Goyannes Dill (Orient.). II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

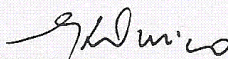
CDD 302

JANE MARIA MEDEIROS


O INSTITUTO DE ECONOMIA/UFRJ: memória e representação nos discursos e narrativas dos seus professores - 1979-1996

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Memória Social e Documento

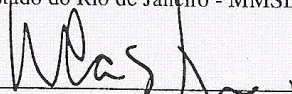
Aprovada em 28/04/05



Prof.^a Dr.^a Evelyne Goyannes Dill Orrico
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – MMSD / UNIRIO



Prof.^a Dr.^a Icléia Thiesen Magalhães Costa
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - MMSD / UNIRIO



Prof. Dr. Nivalde José de Castro
Universidade Federal do Rio de Janeiro – IE / UFRJ

RESUMO

MEDEIROS, Jane Maria. **O Instituto de Economia/UFRJ**: memória e representação nos discursos e narrativas dos seus professores - 1979-1996. Rio de Janeiro, 2005. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Memória Social). Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

Apresenta como objeto a (re)construção da memória do Instituto de Economia/UFRJ no período 1979-1996, visando trazer à luz dizeres presentes nos discursos proferidos na e sobre essa Instituição que tornam visível o imaginário constituído pelos profissionais ali envolvidos. Essas narrativas revelam propostas da Instituição em sua origem de formar profissionais capazes de gestar um novo projeto de nação e ao mesmo tempo comprometida com a retomada do processo de industrialização. Esta análise enfoca os discursos produzidos no período de criação da pós-graduação em Economia na UFRJ – aqui tomado como marco institucional - e portanto, do Instituto de Economia Industrial que determinam o posterior surgimento do Instituto de Economia. O corpus deste trabalho constitui-se de entrevista com professores em exercício e aposentados - que estiveram ligados à Instituição no período em questão -, e da análise de documentos oficiais impressos, usando-se como metodologia a Análise do Discurso Francesa sob a ótica de Pêcheux.

ABSTRACT

MEDEIROS, Jane Maria. **O Instituto de Economia/UFRJ: memória e representação nos discursos e narrativas dos seus professores - 1979-1996.** Rio de Janeiro, 2005. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Memória Social). Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

This work presents as object the re-construction of the memory of The Institute of Economy/UFRJ for the period of 1979-1996 with the purpose to show what were told in the speeches made inside/ and about the Institution in order to see the imaginary constituted by the professionals there involved. These narratives reveal proposals of the Institution in its origin searching to graduate professionals able to create a new project of nation and at the same time to compromise it with of the retake of the industrialization process. This analysis brings into focus the speeches produced in the period of the creation of the pos-graduation course in Economy in UFRJ - seen in this context as an institutional mark - and therefore, of the Institute of Industrial Economy that determine the creation later of the Institute of Economy (IE). The corpus (substance) of this work is the interviews of the teachers of the IE and those who are now retired - and worked in the Institution in that period -, and the analysis of the printed officials documents using as methodology the French Analysis of the Speech according Pêcheux.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	DA CRIAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA	22
2.1	O CONTEXTO DA CRIAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA	22
2.2	INSTITUTO DE ECONOMIA: ESTRUTURA	34
2.2.1	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas	35
2.2.2	O Instituto de Economia	36
2.2.3	Diretores do Instituto de Economia	36
3	ARCABOUÇO TEÓRICO-METODOLÓGICO	38
3.1	CONCEITO DE MEMÓRIA	38
3.2	MEMÓRIA E DOCUMENTO	44
3.3	LINGUAGEM E IDENTIDADE	46
3.4	LINGUAGEM E DISCURSO	48
3.5	REPRESENTAÇÃO	50
3.6	OPÇÃO METODOLÓGICA	52
3.7	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	55
3.7.1	Perfil dos professores entrevistados	60
3.7.2	Agendamento da entrevista	62
3.7.3	A entrevista	62
3.7.4	Entrevista: algumas considerações	63
3.7.5	Identificação dos entrevistados	64

4	O INSTITUTO DE ECONOMIA E SUAS REPRESENTAÇÕES	65
4.1	REPRESENTAÇÕES: CATEGORIA ESTABELECIDADA	65
4.1.1	O Instituto de Economia: representações	65
4.1.2	Perfil do IEI	66
4.1.3	Ojetivos iniciais	72
4.1.4	A ruptura do grupo fundador	73
4.1.5	O IEI: o que mudou?	75
4.1.6	O Instituto de Economia na atualidade	79
5	CONCLUSÃO	82
	REFERÊNCIAS	87
	ANEXOS	91

Aos meus pais,
José Mariano de Medeiros (*in memoriam*)
e Cleribel Soares de Medeiros
-por todas as memórias de família-.

AGRADECIMENTOS

Concluir o trabalho de dissertação constitui um esforço monumental. Lidar com palavras, autores e idéias representa por isto mesmo missão de imensa responsabilidade. É um trabalho profundamente solitário e ao mesmo tempo produto da contribuição de inúmeras pessoas que ajudaram algumas vezes de forma absolutamente anônima.

Por isto, ao ver materializado este documento, deu-me uma sensação de grande alegria e realização. E o desejo de agradecer a todos que de uma forma ou de outra se fizeram presentes.

A Prof^a. Evelyn Goyannes Dill Orrico, minha orientadora, que com seu saber, experiência e grande disponibilidade interna deu-me a coragem para nunca desistir. Grata também pela confiança depositada.

A Prof^a. Icléia Thiesen Magalhães Costa, do Programa de Pós-Graduação em Memória Social (UNIRIO), por sua dedicação à frente da disciplina Documento e Instituição, na qual pude desenvolver parcialmente um dos capítulos desta dissertação. Grata por aceitar o convite de participar da banca.

Ao Prof. Nivalde José de Castro, do IE/UFRJ, por participar da banca e pelas preciosas informações no desenvolvimento da dissertação. Grata também por ter concedido duas entrevistas fundamentais para o norteamento do trabalho.

Ao Prof. Marcos Miranda (UNIRIO), grande incentivador, por dar-me as boas-vindas ao desejo de fazer o mestrado, funcionando como um anjo da guarda na fase de preparação do anteprojeto.

A Direção e demais professores do Programa de Pós-Graduação em Memória Social/UNIRIO e também ao seu corpo de funcionários, meus agradecimentos. Principalmente pela seriedade à frente do curso.

No âmbito da UFRJ, meu espaço profissional, minha gratidão a bibliotecária Ângela Ponce de León Braga, que ocupa a chefia da Biblioteca Eugênio Gudín, pelo apoio para que eu fizesse o mestrado, em um momento delicado e de poucos recursos humanos. A todos os funcionários da BEG: Arlete, Maria Aparecida, Roberto Mauro, Roberto Crespo, Beatriz e nosso estagiário Thiago, colegas tão queridos, minha eterna gratidão.

Ao Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI/UFRJ) à frente Paula Maria Abrantes Cotta de Mello e seu corpo de funcionários pelas grandes oportunidades de trabalho.

Ao grupo do Curso de Biblioteconomia e Gestão (CBG), especialmente Mariza Russo e Eliana Taborda, por todo o aprendizado deste último ano.

A Elaine de Matos Paula pela contribuição e estímulo na fase de preparação do anteprojeto.

A querida amiga Ângela Félix sempre pronta a ajudar-me.

Ao Instituto de Economia/UFRJ e a sua direção pelas informações fornecidas e disponibilização de arquivos para consulta.

A Prof^a. Elisa Muller, pela especial contribuição na fase de elaboração do anteprojeto. Seu estímulo foi fundamental.

Ao Prof. Fábio Earp pela indicação do trabalho - que muito contribuiu - escrito em parceria com o Prof. Lessa sobre o Instituto de Economia.

Devo agradecer aos professores que contribuíram diretamente na realização deste trabalho através de entrevistas: Prof. Aloísio Teixeira, Prof. João Sabóia, Prof. Carlos Lessa, Prof. Ricardo Tauile, Prof. Jacob Frenkel, Prof. Alcino Câmara; ou ainda autorizando a gravação de palestra como a Prof^a. Maria da Conceição Tavares.

As secretárias: Letícia e Ana Lucia do IE e Wanda da FACC pelas informações fornecidas.

A estagiária do NUCA Joana Jaeger pela gravação em CD da palestra da Prof^a Maria da Conceição Tavares.

E ainda, e definitivamente, a Deus por sua inspiração nos momento decisivos.

Por último quero agradecer a minha família: a minha mãe, Cleribel Soares de Medeiros, extraordinária incentivadora, com quem compartilho esta conquista. A ela devo e ao meu querido pai, José Mariano de Medeiros, já falecido, a oportunidade de viver este momento. Aos meus caros irmãos: Janete, Jefferson, Jairo, Jerli e Josete, agradeço pelo estímulo e pelo constante aprendizado de vida.

Nos desdobramentos da família, agradeço aos sobrinhos: Rodrigo, Priscilla, Nicholas, Alexandre, Patrícia, Dario e Diane. Ao Nick, pelas alegrias dos fins de semana.

Por mais estranho e paradoxal que isto possa parecer,
as lembranças que nos são mais difíceis de evocar são
aquelas que não concernem a não ser a nós [...]
(Halbwachs, 1990, p. 49)

LISTA DE QUADROS E TABELAS

1	UFRJ	24
2	NÚMERO DE PROFESSORES DO IE: DE ACORDO COM A SUA LOCALIZAÇÃO	30
3	INSTITUTO DE ECONOMIA	32
4	CCJE: UNIDADES UNIVERSITÁRIAS	35

LISTA DE SIGLAS

AID	Agency for International Development
ANPEC	Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCJE	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COPPE	Coordenação dos Programas de Pós-graduação em Engenharia
COPPEAD	Instituto de Pós-graduação e Pesquisa em Administração
EPGE	Escola de Pós-graduação em Economia
FACC	Faculdade de Administração e Ciências Contábeis
FCEARJ	Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro
FEA	Faculdade de Economia e Administração
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FNCE	Faculdade Nacional de Ciências Econômicas
FNDCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
IBMEC	Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais
IE	Instituto de Economia
IEI	Instituto de Economia Industrial
IPE	Instituto de Pesquisa Econômica (USP)
IPPUR	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
MMSD	Mestrado em Memória Social e Documento
PUC	Pontifícia Universidade Católica

RACE	Rede Acadêmica de Ciências Econômicas
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

1 INTRODUÇÃO

Grande parte do aprendizado que o homem tem acumulado ao longo da história é fruto notadamente da herança de civilizações que nos antecederam. Utilizando-se de recursos os mais diversos, caracterizados pelos saberes e práticas, o ser humano cuidou para que nada se perdesse. Primeiro, através das tradições orais, passadas de geração à geração. Depois, com o surgimento da escrita, garantiu que os registros do conhecimento mais facilmente vencessem a barreira do tempo e do espaço e chegassem às civilizações futuras.

É sabido que, na fase da oralidade, o grande repositório das experiências e conhecimentos acumulados era a memória, situação que passou a ser compartilhada com o que se instituiu como documento a partir da chegada da escrita. Olhando-se em perspectiva, é possível observar o muito que foi realizado como decorrência do esforço do homem.

Com a revolução tecnológica ocorrida no século passado, que propiciou o aparecimento do computador e também de um novo tipo de memória, própria do ambiente computacional, provavelmente muitos terão imaginado que o papel tradicional reservado a memória, de nos contar algo sobre o passado e de preservá-lo, pudesse ter perdido o seu sentido.

No entanto, de maneira surpreendente, e independente de pertencermos a uma sociedade que tem urgência, que à primeira vista só se preocupa com o que pertence ao seu cotidiano, ressurgiu toda uma tendência de valorização da memória e a preocupação com a sua preservação. Vale lembrar que embora o salto tecnológico ocorrido na segunda metade do século XX, decisivo para tornar as pessoas mais próximas, haja vista o papel exercido pela mídia eletrônica, como por exemplo, a Internet e a TV à cabo, observa-se simultaneamente uma maior vulnerabilidade e perplexidade por parte do homem na maneira de lidar com o binômio tempo/espaço e sua inserção nessa nova realidade. A memória passa assim a

funcionar como âncora na qual o homem se apóia, frente à perspectiva de redução do tempo e do espaço. Buscando uma explicação para este fenômeno Huysen (2000), levanta a hipótese de que

precisa-se da memória e da musealização, juntas, para construir uma proteção contra a nossa profunda ansiedade com a velocidade de mudança e o contínuo encolhimento dos horizontes de tempo e de espaço. (HUYSEN, 2000, p. 28).

Cresce desta maneira, o número de projetos na área da memória em seus mais diferentes aspectos, inclusive o de caráter institucional.

Consagrada como uma das maiores universidades públicas federais do país, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), cuja história começa em 1920, ano da sua criação, tem marcado sua trajetória de maneira peculiar. Provavelmente, em função do papel pioneiro assumido por esta Universidade em vários momentos do seu processo de institucionalização, tem havido, no âmbito interno, um interesse crescente em relação a sua memória, levando ao desenvolvimento do denominado “Projeto Gênese” (MONTEIRO, 2003)¹. Compreende-se, desta maneira, o interesse em se eleger como objeto desta dissertação, a (re)construção da memória do Instituto de Economia (IE), uma das unidades de maior expressão da UFRJ.

É, portanto, objetivo deste trabalho, ao superar os limites de uma mera narrativa histórica em torno da criação do Instituto, ter uma percepção da identidade e das representações desta Instituição no imaginário do seu corpo docente, tanto dos professores em exercício quanto dos professores aposentados. Este objetivo parte das seguintes indagações: Que representações seriam estas? O que determinou a construção destas representações? As representações hoje verbalizadas retomam as que foram construídas no período da criação

¹ Este projeto tem como objetivo contribuir para a preservação da memória cultural e técnico-científica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, através do inventário e do diagnóstico dos acervos circunscritos em suas unidades que registrem a sua história, independente dos tipos de suporte físico.

do IE? Ouvindo alguns dos seus professores e consultando documentos impressos, espera-se que isto represente uma via de resposta a estas questões.

Vale ressaltar que o interesse pela (re)construção da memória do Instituto de Economia se dá num momento em que o próprio país, em decorrência de uma maior conscientização da importância da preservação da memória, busca quem sabe, através desse processo uma maneira de entender como nos construímos como povo e como nação. Lançar um olhar sobre a memória do IE através da narrativa dos seus professores e de fontes oficiais impressas é mais uma demonstração, na atual conjuntura, do espaço que a memória começa a ocupar na vida nacional. Este cenário pode representar um indício dos esforços do Brasil, nos seus mais diferentes segmentos, de reverter a imagem de um país sem memória. Mudança de atitude, aliás, que é objeto da observação de Alves

Dizem que o Brasil é um país desmemoriado. O que aconteceu no passado recente é logo esquecido e o acontecido há séculos é destruído. Pode ser que assim tenha sido. Atualmente, há um grande esforço para recuperar a nossa memória e valorizar o passado. Passamos a fase de achar que a herança colonial era sinal de atraso, que o livro raro e a música antiga não tinham valor (ALVES, 2002, não paginado).

Neste contexto, a preocupação com a preservação da memória deixa de ser uma mera figura de retórica e passa a ser uma realidade concreta, reflexo mesmo de uma política do governo como atesta matéria recente veiculada na mídia impressa (NAME, 2005), dando conta de financiamento a ser patrocinado pelo BNDES voltado para a recuperação de acervos, mais especificamente documentos, objetos, obras de arte e fotografias ligados à memória nacional. Embora se aponte que, em vez de uma política de estímulo ao restauro, o Banco devesse adotar uma política preventiva, os autores do artigo reconhecem aspectos positivos na atual política, informando que os recursos não foram canalizados só para as capitais, mas que voltando sua atenção para a memória das pequenas cidades, o Banco procurou na sua política

distributiva e descentralizadora contemplar acervos e instituições de diferentes Estados da Federação.

Dada a importância do IE no contexto não só da UFRJ, mas na consolidação do ensino das Ciências Econômicas no Brasil, entende-se como algo pertinente a (re)construção da sua memória. Este propósito se impõe particularmente pelo papel emblemático que o IE tem na própria evolução das idéias econômicas no Brasil, especialmente se considerarmos que o Instituto tem acumulado décadas na prática e transmissão de um saber que tem projetado sua imagem para além de suas fronteiras. Afinal, desta Instituição, saem a cada ano profissionais que irão realizar com o seu saber, uma função relevante, pois a criação do curso superior de Economia vinculado a uma estrutura universitária, foi formulada como um projeto das elites políticas do país interessadas e preocupadas com a existência de uma instituição de ensino superior, capacitada para formar quadros requeridos pelo processo de desenvolvimento econômico, que começava a se configurar nos anos 30.

Desta maneira, são parte dessa memória, as motivações para a criação do Instituto, objetivos, trajetória, papel e representações da Instituição. É importante registrar que um estudo dessa natureza pode contribuir para suprir uma lacuna nesse assunto já que muitos alunos buscam na Biblioteca fontes informativas sobre o tema.

Por outro lado, todo o esforço de construção da memória do Instituto, justifica-se também, pela função desempenhada pela Instituição na formação de uma categoria profissional, cuja atuação não tem se restringido a um único ambiente, pelo contrário, tem estado presente nos mais diferentes espaços, seja no universo acadêmico, através da produção de trabalhos de cunho intelectual, ou aplicando seus conhecimentos teóricos na vivência cotidiana da profissão, ou ainda no campo político, atuando assim das mais diferentes formas na vida nacional, conforme explicitado por Motta (1994):

Os economistas lecionam em universidades, orientam teses, escrevem livros, fazem conferências, produzem teorias e modelos econômicos, enfim, passeiam com desenvoltura pelo mundo acadêmico, mas frequentemente também se envolvem com a aplicação prática de suas teorias, ocupando espaços-chave na esfera decisória, controlando a moeda, decidindo investimentos, definindo preços e salários, ou seja influenciando concretamente sobre os destinos da economia nacional. Essa dupla face, a intelectual e burocrática, confere especificidade à inserção do economista no mundo da política, bem como delinea a configuração de um campo social próprio (MOTTA, 1994, p. 83).

Poder-se-ia, portanto, inferir que a abordagem do tema, ao mesmo tempo em que viabiliza a (re)construção da memória do Instituto de Economia, permite, como decorrência possível, uma melhor compreensão do “por que” e de “como” se fez, em parte, a trajetória desta categoria no Brasil, sob o ponto de vista da ocupação do espaço público.

Visando atender ao objetivo da dissertação, pretende-se acompanhar a trajetória do IE, tomando-se como referência um dos seus marcos institucionais, aqui considerados como os momentos que refletem situações de grande significado e ruptura na história da Instituição. Optou-se portanto por considerar o período que compreende os anos de 1979 a 1996 que demarca a criação do Instituto de Economia Industrial (IEI) e que caracteriza o surgimento em 1979 da pós-graduação na área de Ciências Econômicas na UFRJ. Este acontecimento é considerado um marco institucional por representar um momento de grande transformação na Instituição com a criação do mestrado. É um momento de inovação e da implementação de um novo projeto institucional e que perdura até 1996 quando se dá a fusão da graduação de Economia com a pós surgindo então o Instituto de Economia (IE). Ir ao encontro desse tempo no processo de (re)construção da memória do IE pode oferecer a percepção, por exemplo, da manutenção ou de transformações de suas metas iniciais.

Vale enfatizar que o período sob análise – 1979/96 – que corresponde ao período de existência do IEI é considerado como parte da história e da memória do atual Instituto de Economia (IE). Isto fica evidenciado até mesmo nas narrativas dos professores, nas quais

observa-se que a fronteira entre uma fase e outra da Instituição é muito raramente demarcada. Ao falarem do IEI automaticamente os entrevistados discorrem sobre o atual IE.

O procedimento metodológico adotado é baseado na análise do discurso francesa, segundo a abordagem de Pêcheux, fazendo-se uso para tanto de entrevistas com alguns dos professores do IE e da consulta e análise de documentos impressos. São portanto os discursos e narrativas dos professores do IE – considerados em sua historicidade e condições sociais - que (re)constróem a memória da Instituição.

Este trabalho é constituído de cinco capítulos. Após a introdução, esta dissertação define, no segundo capítulo, o tema Instituto de Economia e para tal parte do conceito de instituição, realizando um histórico do processo e do contexto da criação do IEI. Evidencia a importância desta Instituição na formação do profissional economista e a questão da produção do conhecimento nesta unidade, bem como a alocação do Instituto de Economia na estrutura da UFRJ.

Para analisar a produção discursiva sobre o período de existência do IEI, será visto no terceiro capítulo o arcabouço teórico-metodológico do trabalho, o que permite a abordagem do conceito de memória, sob a ótica de Halbwachs e Pollak, autores que trouxeram grande contribuição aos estudos sobre o tema. De Halbwachs recupera-se sua percepção da memória como um fenômeno construído a partir de interações do sujeito com os diversos grupos sociais. De Pollak busca-se o conceito de memória seletiva. Posteriormente é apresentada a relação entre memória e documento, de maneira a evidenciar que das narrativas dos professores do IE nasce um documento de caráter singular por resumir o pensamento de pessoas que ajudaram a construir a trajetória e portanto a própria memória da Instituição. É destacado o papel da linguagem na construção da identidade e da representação. O conceito de representação auxilia a percepção das representações do IE no imaginário do seu corpo docente. Por último aponta-se a opção metodológica e os procedimentos adotados na

construção do objeto, com base nos documentos impressos e nas entrevistas com os professores da Instituição.

O quarto capítulo explicita, através das narrativas dos professores do IE, as representações da Instituição no imaginário do seu corpo docente.

O quinto capítulo apresenta a conclusão do estudo das representações do IE, aspecto essencial no processo de (re)construção da sua memória, com base nos documentos oficiais impressos e nos discursos dos seus professores.

2 DA CRIAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA

[...] a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros de um grupo.
(HALBWACHS, 1990, p. 51)

Este capítulo aborda, de maneira descritiva, o processo que resultou na criação do IEI, buscando, de início, discutir o conceito de instituição. Não escapam a estas reflexões a contribuição do Instituto de Economia na formação do profissional economista, a produção do conhecimento no âmbito do Instituto de Economia e a estrutura organizacional da qual o IE faz parte.

2.1 O CONTEXTO DA CRIAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA

De acordo com Ferreira (1975), entende-se instituição, sob o ponto de vista sociológico, como estrutura que resulta de necessidades sociais básicas, caracterizada pela sua relativa permanência e tendo como ponto de identificação o valor de seus códigos de conduta, alguns deles explícitos em leis; instituto. Numa outra perspectiva pode ser entendida como associação ou organização de caráter social, educacional, religioso, filantrópico, etc...

Na medida em que as instituições ocupam espaço fundamental na vida das sociedades, tem sido cada vez maior o interesse em estudá-las, buscando entender seu funcionamento e mesmo uma alternativa visando aprimorar suas formas de atuação.

Compreende-se assim o interesse em se conhecer a trajetória do IE, adentrando inclusive nas informações que dão conta do início deste processo, o que impõe de imediato a

necessidade de se historicizar as origens da própria UFRJ, instituição à qual o Instituto de Economia é subordinado.

A criação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) ocorreu em 7 de setembro de 1920, via decreto nº 14.343. Chamada primeiramente Universidade do Rio de Janeiro, teve em 5 de julho de 1937, sua denominação modificada para Universidade do Brasil, conquistando sua autonomia administrativa, financeira e didática em 17 de dezembro de 1945 pelo decreto-lei nº 8.393. Somente em 1965, pela Lei nº 4.831, de 5 de novembro, a Instituição recebeu o nome de Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Na época de sua fundação, a atual UFRJ foi formada pela reunião de unidades de ensino superior que até então funcionavam isoladamente no Rio de Janeiro, tais como: a Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica, e a Faculdade de Direito. Posteriormente, a esse grupo foram incorporados a Escola Nacional de Belas Artes, a Faculdade Nacional de Filosofia e outros cursos. Vale dizer, que a UFRJ teve papel absolutamente relevante na implantação do ensino de nível superior no país, além de se constituir em espaço fundamental para a formação de recursos humanos para outros cursos profissionais de nível superior no Brasil.

A institucionalização da pesquisa no âmbito da UFRJ ocorreu nos primeiros anos da década de 50, como reflexo da política nacional que tinha a mesma finalidade com a criação do CNPq e da CAPES. Exatamente neste período são implantados os institutos de pesquisa, docência em tempo integral, formação de equipe com alto nível de especialização e estabelecimento de convênios com agências financiadoras nacionais e internacionais.

O ano de 1958 simboliza um momento de grande vontade de reforma estrutural por parte da comunidade acadêmica. Iniciado o processo de Reforma Universitária, a UFRJ tem seu plano de reestruturação, que visava sua adequação às normas editadas, aprovado por Decreto de 13 de março de 1967.

Desde então, passando por profundas e sucessivas transformações, a UFRJ, evoluiu da condição de primeira universidade criada pelo governo federal – e durante muitos anos a única – para o estágio atual, que a caracteriza como instituição não só de ensino, mas também de pesquisa, de onde são prestados os mais diversos serviços à comunidade (UFRJ, 2003).

A UFRJ engloba em sua estrutura diferentes centros que por sua vez congregam instituições que pertencem a áreas de conhecimento afins. É o caso do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) que representa o conjunto unificado de instituições vinculadas ao campo do Direito, Administração, Ciências Econômicas e Contábeis. Pertencem ao Centro, como órgãos de ensino e pesquisa, as seguintes unidades: Instituto de Economia (IE); Faculdade de Direito; Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC); Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) e o Instituto de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (COPPEAD) (UNIVERSIDADE, 2000).

A síntese da trajetória da UFRJ está colocada, para melhor visualização, em quadro a seguir.

1 UFRJ

ANO	EVENTOS IMPORTANTES
1920	Criação da Universidade do Rio de Janeiro
1937	Universidade do Brasil (nova denominação)
1945	Conquista autonomia administrativa, financeira e didática
1965	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – atual denominação

O ensino superior de Economia no Brasil surgiu a partir do ensino técnico comercial, iniciado no século XIX com a chegada da Família Real Portuguesa. Esta iniciativa foi baseada na experiência iniciada por Pombal em meados do século XVIII. O ano de 1808 representa, portanto, o marco do desenvolvimento lento e gradual do ensino de Economia, cuja afirmação como ciência se fez a partir dos cursos superiores de Direito e Engenharia. A autonomia da

Economia em relação ao Direito só ocorreria em 1946, com a aprovação do novo currículo mínimo, elaborado por Gudin e Bulhões (CASTRO, 2001)².

Depreende-se, assim, que foi necessário um longo percurso para que a Economia pudesse se impor e ser reconhecida como um campo de conhecimento próprio em nosso país. Mesmo após anos de sua autonomia, observa-se que os vínculos entre as três áreas do conhecimento - Engenharia, Direito e Economia - deixaram marcas significativas. Exemplo disto é o registro de professores com formação especialmente em Engenharia no conjunto de docentes do curso de Ciências Econômicas da UFRJ ao longo da sua história.

A condição fundamental, no entanto, para que a ocupação adquirisse status de profissão só ocorreria através da existência de um curso superior integrado a uma estrutura universitária. Isto só aconteceu em 1946, através da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil (FNCE).

Para se compreender o que efetivamente impulsionou a criação do curso de Economia vinculado a uma estrutura universitária, propiciando dessa maneira as condições favoráveis para sua implementação, é necessário considerar o que a literatura classifica como motivações que deram origem, em 1946, à FNCE. Elas são explicitadas na obra de Schwartzman (2000), intitulada *Tempos de Capanema*. De acordo com Schwartzman citado por Castro (2001)

a primeira motivação era a legitimação e regulamentação da profissão... [para] elevação da ocupação de economista ao nível de profissão liberal, sendo imprescindível a existência de uma faculdade que oferecesse um ensino exemplar.

a segunda motivação era a formação de quadros administrativos de alto nível principalmente para o serviço público. Esta demanda era derivada de transformações porque passava o aparelho de Estado dentro do processo de “modernização conservadora” encetado pela Revolução de 30 e corroborada com o advento do Estado Novo.

a terceira motivação era o desenvolvimento da Ciência Econômica, que ainda não tinha conseguido romper os laços de subordinação com a Ciência Jurídica (CASTRO, 2001, p. 33).

² Sobre regulamentação da profissão de economista no Brasil, este livro constitui importante fonte de consulta, trazendo levantamento exaustivo de referências à respeito.

Castro observa que, nesta última motivação, havia a percepção de alguns, que ele registra serem poucos, de que o desenvolvimento do país demandaria um maior conhecimento dos pressupostos teóricos e analíticos da Ciência Econômica.

Ressalte-se, todavia, que todo o empenho na criação do curso de Economia deveu-se, sem dúvida, à projeção que os economistas começaram a conquistar logo após a II Guerra Mundial no desenvolvimento econômico, social e político do país, período no qual passaram a atuar em várias frentes, tanto nas universidades, quanto nos espaços-chave na esfera decisória, ou ainda influenciando decisivamente sobre os destinos da economia nacional.

A FNCE surgiu como decorrência da incorporação à sua estrutura da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro (FCEARJ), estabelecimento privado, criado em 1938. A FNCE passou a se chamar em 1965, Faculdade de Economia e Administração (FEA), responsável unicamente pelo ensino da graduação. É bom lembrar, portanto, que a história do hoje Instituto de Economia começa com a vinculação da Faculdade autônoma FCEARJ à então Universidade do Brasil.

Em artigo publicado, Lessa (1999) aponta que os anos 70 significaram um período de expressivo crescimento do ensino superior nas economias mais desenvolvidas. Nos Estados Unidos houve uma ampliação no número e na variedade de cursos, tanto públicos quanto privados. Na Europa a expansão foi quase que exclusivamente na universidade pública. No caso brasileiro, ocorreu um notório crescimento de instituições de ensino privadas, acompanhado de um crescimento menor dos estabelecimentos públicos nos âmbitos estadual e federal. Este crescimento numérico de instituições privadas de ensino em nosso país nem sempre foi acompanhado por padrões idênticos de qualidade o que ampliou o interesse pela pós-graduação. Estes cursos de mestrado e doutorado, por sua vez, pelos custos elevados ficaram basicamente alocados em universidades públicas.

É bom que se diga que até os anos 60, o ensino da economia estava restrito aos cursos de graduação, criados na década de 40 na Universidade do Brasil, hoje UFRJ e na USP. Realizada a primeira avaliação sobre o ensino de Economia, na Conferência de Itaipava, em 1966, com a presença de representantes das mais importantes instituições de ensino do país, chegou-se à conclusão de que o desempenho estava muito aquém do esperado e de que os melhores profissionais eram formados em universidades do exterior ou nas “escolas práticas” onde estava alocada a elite intelectual da burocracia, SUMOC, BNDE, entre outras. Restava como prioridade absoluta a criação de centros de excelência visando à capacitação de professores e pesquisadores dentro de um padrão de qualidade diferenciado. O primeiro passo foi a criação dos cursos de mestrado, ficando o doutorado para ser feito no exterior.

Os dois primeiros cursos de pós-graduação no Brasil, surgidos na metade da década de 60, foram a Escola de Pós-graduação em Economia (EPGE) da FGV e o Instituto de Pesquisa Econômica (IPE) da USP. Sua criação foi viabilizada com recursos da AID e da Fundação Ford, respaldada também em recursos do governo federal. Paralelamente foi criado o mestrado da UNICAMP.

No bojo destas iniciativas, e visando criar uma infra-estrutura para a implementação dos cursos de mestrado, foi fundada a Associação Nacional de Pós-graduação em Economia (ANPEC), de maneira a garantir padrões de excelência de ensino desde a estrutura curricular até a seleção unificada dos candidatos.

Com relação a UFRJ, o início das atividades dos programas de pós-graduação em Economia ocorreu em março de 1979 tendo como foco a área de Indústria e Tecnologia, resultante da crescente importância deste tema para a formulação das políticas industrial e de ciência e tecnologia do país. Inicialmente, o funcionamento deste programa foi respaldado em convênio firmado entre as direções da Coordenação dos Programas de Pós-graduação em Engenharia – COPPE e a FEA, mas ainda naquele mesmo ano, foi incorporado ao recém

criado Instituto de Economia Industrial, que tinha como finalidade a formação dos alunos de pós-graduação e cujo surgimento deveu-se à iniciativa do Conselho Universitário da UFRJ.

Na realidade, o Instituto de Economia Industrial foi criado com base na Resolução do Conselho Universitário, aprovada na seção de 29 de novembro de 1979 como um órgão suplementar permanente, subordinado ao Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O Instituto de Economia Industrial surgiu tendo como finalidade a implementação do programa de pós-graduação *stricto sensu* com a criação do mestrado, a pesquisa econômica, em particular no campo da economia industrial, o estudo das relações entre ciência, tecnologia e desenvolvimento e a prestação de serviços especializados no âmbito destas atividades de interesse da Universidade ou de instituições públicas e privadas.

Ficou acordado pelo Regimento que o IEI e a FEA manteriam vínculos especiais de cooperação em benefício de suas atividades de ensino de graduação e pós-graduação, por intermédio dos respectivos corpos docentes e mediante programas de atividades conjuntas anualmente estabelecidos (BOLETIM UFRJ, 1980). A implantação do doutorado só se daria em 1986, tendo sido criadas as áreas de concentração em Planejamento e Políticas Públicas e em Economia Política, além de manter-se a área de Economia Industrial. Estas novas áreas foram posteriormente estendidas ao mestrado. A pós-graduação *lato sensu* teve início bem depois, em 1992.

Posteriormente, surge em 1996 o Instituto de Economia – IE, fruto da fusão entre o Departamento de Economia da antiga Faculdade de Economia e Administração – FEA, responsável pela graduação e o Instituto de Economia Industrial – IEI, voltado para a pós-graduação (*Stricto Sensu* e *Lato Sensu*). Desde então, os cursos de Administração e Ciências Contábeis, que até esta data integravam a FEA, passaram a constituir a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis – FACC.

O Instituto de Economia tem como compromisso apresentar e discutir, de forma aprofundada e crítica, os principais paradigmas que constituem a teoria econômica moderna, a visão que cada um deles reflete, suas fronteiras interdisciplinares, seus instrumentos de análise, seu poder de explicação da realidade das economias atuais e as diferenças entre suas posições.

É portanto preocupação do IE, na qualidade de instituição que produz um saber, ter uma postura crítica e plural, tanto nos programas dos cursos de graduação e pós-graduação e suas leituras, quanto nas atividades de sala de aula, espaço de busca constante para a reflexão intelectual independente, por parte do seu corpo docente. Este caráter plural está presente também nos diversos projetos de pesquisa desenvolvidos no Instituto, definidos a partir das mais diferentes preocupações teóricas e empíricas, com destaque especial para o conhecimento da economia brasileira e a análise do impacto dos instrumentos de política econômica na realidade brasileira (UNIVERSIDADE, 2000).

Ao longo de sua trajetória, o Instituto de Economia tem contribuído para a formação de profissionais de alto nível para as instituições públicas e privadas do país e para a produção de conhecimentos teóricos e aplicados relevantes.

Como instituição formadora de uma categoria que conquistou um elevado status profissional nas últimas décadas, com grande participação na esfera do poder – freqüentemente o governo requisita colaboradores integrantes do seu corpo docente - e também por sua inserção em uma das maiores universidades públicas do país, os números que revelam o desempenho do IE, sugerem uma imagem que tem lhe permitido atrair um número expressivo de alunos.

Segundo dados de 2005 extraídos de documento produzido pelo IE (UNIVERSIDADE, 2005) o número de professores da Instituição está assim distribuído:

2 NÚMERO DE PROFESSORES-IE: DE ACORDO COM A SUA LOCALIZAÇÃO

<u>Situação</u>	<u>Professores</u>
Ativos	70
Cedido Gov. Estadual	1
Cedidos Gov. Federal	6
Cedidos ONU	4
Cedidos UFRJ	2
Licenciados	3

Segundo fonte do próprio IE (UNIVERSIDADE, 2005), a Instituição conta atualmente com 86 doutores em seus quadros, embora, em função de alguns terem sido cedidos a diversos organismos ou encontrarem-se licenciados, este número caia para 70 em relação aos professores ativos. O programa de pós-graduação stricto sensu compreende dois cursos: um de mestrado e um de doutorado. Segundo dados fornecidos pela Secretaria de Pós-graduação do IE à Biblioteca Eugênio Gudin, houve para o ano de 2004 um total de 115 alunos matriculados no programa de pós-graduação: 66 no doutorado e 49 no mestrado.

De acordo com dados fornecidos pela Secretaria de Graduação do IE à Biblioteca, a Instituição registrou em 2004 um total de 864 alunos de graduação em Economia.

Vale lembrar que os anos de 2001/02 foram marcados pela implementação da reforma curricular da graduação que propõe mudanças profundas na estrutura do curso. A nova estrutura curricular exige o cumprimento de 2.940 horas (196 créditos), sendo 2.460 horas (164 créditos) em matérias obrigatórias e 480 horas (32 créditos) em eletivas, além da defesa da monografia de bacharelado.

Os dois primeiros anos do curso são dedicados a uma sólida formação teórica do aluno, e os dois anos seguintes devem ser voltados à aplicação do conhecimento adquirido. Assim, as disciplinas de teoria econômica (macroeconomia, economia monetária e microeconomia) estão situadas nos dois primeiros anos, enquanto economia brasileira, desenvolvimento econômico e as eletivas estão concentradas nos dois anos finais. (UNIVERSIDADE, 2002)

As atividades de pesquisa estão distribuídas entre os seguintes grupos:

1. Grupo Cadeias Produtivas e Complexos Industriais
2. Grupo de Conjuntura Econômica
3. Grupo de Economia da Energia
4. Grupo de Economia da Inovação
5. Grupo de Economia do Entretenimento
6. Grupo de Economia do Meio Ambiente
7. Grupo de Economia do Trabalho e Estudos Sociais (GETES)
8. Grupo de Economia Financeira e Comércio Exterior
9. Grupo de Economia Política
10. Grupo de Estrutura Industrial e Competitividade
11. Grupo de Estudos de Dinâmica Econômica Evolucionária
12. Grupo de Pesquisa NUCA-Núcleo de Computação
13. Grupo Economia e Sociedade no Rio de Janeiro (Grupo Rio)
14. Grupo Organização Industrial e Contratos
15. Grupo Regulação da Concorrência
16. Grupo Sistemas Produtivos Locais (REDESIST)

O IE é ainda responsável por diversas publicações: Revista de Economia Contemporânea e Textos de Discussão e Didáticos. O IE também tem se preocupado em difundir o uso dos sistemas de Tecnologia da Informação. O pioneiro foi o RACE – Rede Acadêmica de Ciências Econômicas, que é um provedor de difusão de pesquisas e material no campo da Economia. Dentre outros, são também difundidos dois outros boletins: o Infomacro e Infopetro, criados em 2000.

Portanto merece destaque, por suas atividades de ensino e o desenvolvimento da pesquisa, a projeção do Instituto de Economia como uma unidade que ocupa posição singular no âmbito da UFRJ.

Para melhor compreensão da trajetória do IE seguem, em quadro abaixo, as informações pertinentes.

3 INSTITUTO DE ECONOMIA

ANO	MARCOS INSTITUCIONAIS
1946	Criação da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas (FNCE) da Universidade do Brasil
1965	Faculdade de Economia e Administração (FEA) – nova denominação
1979	Criação do Instituto de Economia Industrial (IEI) e portanto, da pós-graduação
1996	Criação do Instituto de Economia (IE), com a fusão da graduação e da pós-graduação.

Quanto à localização física o Instituto de Economia, ocupa um espaço privilegiado, pois está localizado no Palácio Universitário, no Campus da Praia Vermelha. Este Palácio integra o patrimônio histórico nacional, tendo sido construído em 1852. Possui um estilo neoclássico francês, que mistura elementos arquitetônicos de origem ibérica, devendo ser destacado, que este Palácio, está por si só ligado à questão da memória, que por sua vez, transcende a história da própria Universidade e caminha em direção a uma parte da memória do Brasil Imperial (CALMON, 1952).

Para Cobaléa (1986), antes da construção, a área que hoje é ocupada pelo Palácio era denominada Chácara do Vigário-Geral, porque era seu proprietário, no início do século XIX, o cônego Antônio Rodrigues de Miranda. Nesta época, José Clemente Pereira, português provedor da Santa Casa de Misericórdia, já alimentava a idéia de internar os loucos num hospício, separando-os dos demais doentes do hospital geral. Em 25 de julho de 1840, para consagrá-la a José Clemente, um dos construtores da Maioridade, ocorrida dois dias antes, D. Pedro II citado por Cobaléa (1986), falou à confraria da Santa Casa: “Não sei que espírito de providência me inspira, a Chácara do Vigário-Geral há de um dia converter-se em hospício de alienados” (COBALÉA, 1986, p. 1). Lançada a pedra fundamental do hospício em 3 de setembro de 1842, e iniciada a obra em 7 de setembro de 1842, só foi concluída ao final de dez anos em 5 de dezembro de 1852. Inaugurado por D. Pedro II nesta mesma data, o Hospício D. Pedro II funcionou neste espaço até 30 de setembro de 1944, portanto durante 92

anos. Ainda segundo Cobaléa, desde a data da extinção do Hospício até princípios de 1948, abandonado e em ruínas não se sabia ao certo do destino do Palácio. Superada a idéia de demolição, foi reaproveitado e tombado pelo Patrimônio Histórico. Este imóvel que viria a abrigar mais tarde o Instituto de Economia foi, em 1949, parcialmente restaurado e inaugurado em 24 de dezembro do mesmo ano, pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra, para ser a sede da Universidade do Brasil, atual UFRJ.

O Instituto de Economia ao longo da sua história e sob diferentes denominações, nem sempre ocupou o espaço do Palácio Universitário. Com o nome de Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro – FCEARJ, funcionou desde as suas primeiras aulas em 31 de março de 1939 até 9 de setembro de 1947, no Edifício Pernambuco, à Av. Rio Branco, n. 114. A partir de então passou a funcionar na Praia de Botafogo, n. 186, em local cedido pela Fundação Getúlio Vargas. Aí permaneceu até 1951. É bom lembrar que em 1945, com a extinção de FCEARJ, a Faculdade passou a pertencer à Fundação Mauá sendo incorporada em 24 de janeiro de 1946 à Universidade do Brasil com o nome de Faculdade Nacional de Ciências Econômicas. Em 1951, foi transferida para a Rua Marquês de Olinda, n. 64, Botafogo, permanecendo neste endereço até 1962, data na qual foi transferida para a Av. Pasteur, n. 250, Praia Vermelha no Palácio Universitário, onde permanece até hoje.

Compreende-se assim, que o resgate dos dados referentes à criação do Instituto de Economia/UFRJ, bem como a forma como tem se realizado a produção do conhecimento no âmbito desta Instituição ao longo da sua trajetória, constitui algo absolutamente relevante na construção da sua memória.

Por outro lado, devido à tradição e aura que envolvem o IE, em função dos relevantes serviços prestados na formação dos profissionais economistas, compreende-se a iniciativa de construção da sua memória, como forma de se registrar o papel e a função que esta Instituição tem exercido desde a sua criação. Por outro lado presta-se também um serviço adicional, o de

garantir através da memória, que não se perca a visão e a perspectiva de um grupo de professores, alguns deles membros do grupo fundador, à respeito da Instituição. O registro dessa memória representa uma alternativa a impossibilidade natural de se garantir a permanência da instituição e do próprio grupo ao longo do tempo. Sobre este aspecto é importante lembrar as impressões de Pollak (1989) sobre a memória.

mas nenhum grupo social, nenhuma instituição, por mais estáveis e sólidos que possam parecer, têm sua perenidade assegurada. Sua memória, contudo, pode sobreviver a seu desaparecimento, assumindo em geral a forma de um mito que, por não poder se ancorar na realidade política do momento, alimenta-se de referências culturais, literárias ou religiosas (POLLAK, 1989, p. 11).

É importante, no entanto, observar que aqui não se trabalha com verdades absolutas, mas com algo fluido e delicado, pois a memória se caracteriza pelo seu caráter vivo e mutável, sujeito às lembranças e esquecimentos, passível inclusive de manipulações, o que retira desse documento o compromisso da busca de uma verdade totalizadora e oficial sobre o IE, especialmente se for considerado o pensamento de Nora (1993).

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. [...] a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente.[...] A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é por natureza múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada (NORA, 1993, p. 9).

2.2 INSTITUTO DE ECONOMIA: ESTRUTURA

Apresenta-se a seguir a alocação do Instituto de Economia na estrutura da UFJR. São portanto citados os órgãos que integram o Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, ao qual o IE está diretamente subordinado e a seguir a estrutura de funcionamento do IE.

2.2.1 Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas

O Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) é o conjunto unificado das Instituições pertencentes à Universidade Federal do Rio de Janeiro, no âmbito do Direito, Administração, Ciências Contábeis e Econômicas, nos termos dos artigos – 39, 40, 44, 46, e 51 do Estatuto (UNIVERSIDADE, 1973).

O Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas tem por finalidade facilitar a coordenação e integração do ensino e da pesquisa, no campo do - Direito, Administração, Ciências Contábeis e Econômicas e das Unidades Universitárias e dos Órgãos Suplementares que o integram com a direção superior da Universidade.

Integram o Centro os seguintes órgãos:

a) de ensino e pesquisa:

1) Unidades Universitárias;

4 CCJE: UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

Instituto de Economia (IE)
Faculdade de Direito
Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC)
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR)
Instituto de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (COPPEAD)

2) Câmara de Estudos Brasileiros;

3) Órgãos Suplementares.

b) de direção:

1) Conselho de Coordenação;

2) Superintendência.

c) de assessorias:

1) Escritório de Planejamento.

d) de Administração Central.

Cada Unidade do CCJE possui regimento próprio, elaborado pela Congregação e, apreciado pelo Conselho de Coordenação do Centro e pelos Conselhos de Ensino, e aprovado afinal pelo Conselho Universitário.

2.2.2 O Instituto de Economia

O Instituto de Economia é uma unidade de ensino e pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro, vinculada ao Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE).

Integram o Instituto de Economia os seguintes órgãos (UNIVERSIDADE, s.d.):

1. Como órgãos de direção:

- a) a Congregação;
- b) o Conselho Diretor; e
- c) a Diretoria.

2. Como órgãos coordenadores:

- a) Câmara Conjunta de Graduação e Pós-Graduação;
- b) Conselho de Ensino de Graduação;
- c) Conselho de Ensino de Pós-Graduação;
- d) Conselho de Pesquisa; e
- e) Conselho de Administração.

3. Como órgãos de execução:

- a) a Diretoria Adjunta de Ensino de Graduação;
- b) a Diretoria Adjunta de Ensino de Pós-Graduação;
- c) a Diretoria Adjunta de Pesquisa; e
- d) a Diretoria Adjunta de Administração.

2.2.3 Diretores do Instituto de Economia

Os diretores do Instituto de Economia ao longo da sua história foram:

Período IEI:

- Prof. Américo Cury (“pro-tempore”)
- Prof. Hélio Schlittler Silva (“pro-tempore”)
- Prof. Eduardo Augusto de A. Guimarães
- Prof. Ricardo de Mendonça Lima Tolipan
- Prof^a. Maria da Conceição Tavares
- Prof. Aloisio Teixeira
- Prof. José Ricardo Tauile

Período IE:

- Prof. Carlos Lessa
- Prof. João Carlos Ferraz
- Prof. João Luiz Maurity Sabóia (em exercício)

Neste capítulo, foram apresentadas as diversas etapas pelas quais passou o IE, especialmente o IEI, no seu processo de criação e que interessam diretamente ao projeto de construção da sua memória.

Foi possível também realizar a abordagem em torno da contribuição do IE na formação acadêmica do economista, uma breve análise do IE como produtor de conhecimento e a projeção desta Escola para seu público externo, através de números que atestam os serviços que ela vem prestando.

3 ARCABOUÇO TEÓRICO-METODOLÓGICO

O discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos. (ORLANDI, 2002, p. 17)

Este capítulo apresenta conceitos e autores, cuja abordagem oferece suporte ao trabalho de (re)construção da memória do IE, em especial ao período do IEI.

Num primeiro momento, trabalha-se a memória sob seu aspecto conceitual, a partir do pensamento de Halbwachs e Pollak, autores que se tornaram clássicos nos estudos sobre o tema.

A seguir, discute-se a noção de documento e sua relevância como suporte no registro da memória, considerando o valor simbólico do documento que aqui se constrói a partir dos depoimentos do grupo de professores do IE, atores partícipes da trajetória da própria Instituição.

O aporte teórico para a conceituação de identidade e representação, aspectos estudados na construção da memória do IE, é fornecido respectivamente pelos autores Hall e ainda Moscovici e Minayo.

Por fim, ao mesmo tempo que é abordado o papel da linguagem na construção das identidades e das representações, aponta-se para a opção metodológica que norteia o trabalho baseada na linha do discurso francesa.

3.1 CONCEITO DE MEMÓRIA

O termo memória é originário do latim “*memoria*”, faculdade de reter as idéias, impressões e conhecimentos adquiridos anteriormente. Retemos aquilo que de alguma forma nos impressiona fortemente, ou porque nos comove ou porque nos agride. (TRANNIN, 2004)

Para o trabalho de construção da memória do IE toma-se a perspectiva de dois autores fundamentais: Maurice Halbwachs e Michel Pollak. O primeiro deles oferece uma das contribuições mais notáveis aos estudos da memória entre as décadas de 20 e 30 do século passado. Halbwachs propõe uma ampliação no conceito de memória ao caracterizá-la como um fenômeno coletivo e social, fruto de uma construção coletiva, passível de flutuações e mudanças constantes.

Halbwachs (EPELBOIM, 2004) propõe um olhar sobre o homem percebendo-o como sujeito inserido na trama da vida coletiva. Neste sentido a memória não seria uma mera reprodução do passado, mas sim uma reconstrução do mesmo a partir de experiências coletivas. Melhor dizendo, a memória do homem seria produto do seu processo de interação com os diversos grupos: família, classe social, escola, grupos com os quais tivesse mantido uma relação de pertencimento. É Halbwachs que, em sua obra “Os quadros sociais da memória”, funda em 1925 a sociologia da memória, e que cria a expressão “memória coletiva” que se tornaria célebre.

Seu trabalho sobre a memória revela que os quadros sociais são sistemas lógicos, de sentido, de cronologia, de topografia que antecipam a lembrança, criando, por si mesmo, um sistema geral do passado (NAMER, 1994).

Halbwachs citado por Duvignaud (1990) demonstra que é impossível conceber o problema da evocação e da localização das lembranças se não tomarmos os quadros sociais reais como pontos de referência na reconstrução do que se denomina memória.

Pode-se inferir que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista se altera de acordo com o lugar ocupado por cada pessoa, e que mesmo este lugar muda segundo as relações que o próprio indivíduo mantém com outros meios. Halbwachs compreende esta diversidade como decorrente de uma combinação de influências, todas elas de natureza social (HALBWACHS, 1990).

A sucessão de lembranças, mesmo daquelas mais pessoais, explica-se sempre pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos meios coletivos, isto é, alteram-se em definitivo, pelas transformações ocorridas nesses meios, tomados isoladamente e em seu conjunto (HALBWACHS, 1990).

Para este autor a memória coletiva é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que não é em nada superficial, já que do passado só retém aquilo que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição, ela não ultrapassa os limites deste grupo (HALBWACHS, 1990).

Halbwachs, portanto, concebe a memória como algo construído pelas relações sociais e pelas interações com os diversos grupos com os quais partilhamos experiências comuns ao longo da existência. Não a percebe como um fenômeno individual. Para Halbwachs citado por Davallon (1999).

é necessário que o acontecimento lembrado reencontre sua vivacidade; e sobretudo, é preciso que ele seja reconstruído a partir de dados e de noções comuns aos diferentes membros da comunidade social. Esse fundo comum, essa dimensão intersubjetiva e sobretudo grupal entre eu e os outros específica, diz-nos Halbwachs, a memória coletiva (DAVALLON, 1999, p. 25).

Deve ser considerada, em se tratando de estudo sobre a memória, a forma pela qual nos apoiamos para reter ou lembrar as impressões arquivadas ao longo do tempo. Não basta colher ou registrar os fatos que observamos em nosso cotidiano. É a memória viva, reconstruída através dos nossos sentidos e daqueles que nos cercam que constrói a nossa rede de conhecimento. É através da memória que se estabelece a relação entre presente e passado. Quanto mais pessoal e portanto menos socializada for a memória, mais distante e de difícil acesso será a sua atualização pela consciência. E o instrumento mais socializador e constitutivo da memória é a linguagem. Através da linguagem, nos identificamos dentro da sociedade em que vivemos. Utilizando símbolos e meios pelos quais estes símbolos são transmitidos, relacionamo-nos com o outro e nos transformamos, modificando

conseqüentemente a sociedade em que vivemos. Maurice Halbwachs enfatiza esta argumentação, ao colocar em seu livro “Memória coletiva”: “Percebemos cada meio à luz do outro. As lembranças mais difíceis de evocar são aquelas que não pertencem senão a nós” (TRANNIN, 2004, não paginado).

Na prática esta arte da memória é uma arte da linguagem. É pela linguagem que as narrativas se mantêm atualizadas permitindo, pois, a um indivíduo tornar-se depositário das recordações de quem nunca conheceu porque morreu muito antes do seu nascimento, e por sua vez transmitir estas recordações aos seus descendentes. Assim se forma a tradição oral, que durante milênios, constituiu o principal conteúdo da memória coletiva e transgeracional (POMIAN, 2000).

Halbwachs, em seu trabalho clássico, percebe a memória humana como um processo ao mesmo tempo social e construtivo. Este autor entende a memória coletiva como a memória dos membros de um grupo que reconstrói seu passado a partir dos marcos referenciais do presente. Reconhece na memória coletiva funções identitárias, por assegurar a identidade e o valor do grupo e funções normativas, por regular o comportamento dos membros do grupo. Halbwachs (MEMÓRIA, 2004) destaca seis aspectos em que a memória individual se rege por normas sociais:

1. A memória é social por seus conteúdos, incidindo sobre um passado intersubjetivo, compartilhado com outros. As pessoas vão se recordar daquilo que é fruto de interações com outros indivíduos, sendo raro alguém recordar de experiências vividas isoladamente.
2. A memória é social porque as pessoas recordam as memórias partilhadas e recordadas conjuntamente. Estudos empíricos comprovam que a repetição pública favorece a vivacidade da evocação de eventos pessoais importantes. Além disso, para manter viva uma memória autobiográfica a médio prazo, é necessário que esta tenha uma forte carga afetiva original e que tenha sido repetida, evocada ou partilhada.

3. A memória é social porque é baseada em quadros de referência social. Os rituais, as cerimônias e outros eventos sociais são quadros de referência temporal na recordação de eventos específicos. Desta maneira, diferentes grupos sociais organizam diferentes quadros de referência temporal.
4. A memória é social porque é mediatizada pela linguagem e pela comunicação lingüística interna ou externa com os outros. A recordação é codificada e fixada através de expressões verbais.
5. A memória é social pelas suas funções. As necessidades e interesses atuais do grupo é que determinam as lembranças de certos eventos do passado. A concepção de Halbwachs é que a memória coletiva reconstrói o passado adaptando as imagens e os feitos históricos às crenças e necessidades espirituais do presente.
6. A memória é social porque serve para defender o grupo. De acordo com Halbwachs, a memória coletiva define e valoriza o grupo.

O segundo autor cujas concepções sobre memória são utilizadas neste trabalho é Pollak. Com base no pensamento de Halbwachs, ele explorou em seus estudos aspectos da memória extremamente interessantes. Para Pollak (1992), ainda que considerando o caráter de mutabilidade da memória, tanto individual quanto coletiva, é possível observar que em grande parte a memória também se constitui de marcos ou pontos que de uma certa forma se cristalizam, não sendo totalmente submetidos a mudanças. O que resulta desse processo Pollak denomina “solidificação da memória”. Próprio em registros de história de vida está também presente em memórias que são construídas coletivamente. Estes elementos que são invariáveis tornam-se, portanto, realidade.

Pollak aponta três elementos constitutivos da memória, seja individual ou coletiva.

1. Os acontecimentos vividos pela própria pessoa;

2. os acontecimentos, segundo expressão do próprio Pollak, “vividos por tabela”, acontecimentos que fazem parte da experiência de vida do grupo ou da coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos que, embora nem sempre a pessoa tenha deles participado, já habitam seu imaginário, tornando-se-lhe impossível distinguir a sua participação ou não;
3. a estes acontecimentos, somam-se todos os eventos situados fora da dimensão espaço-tempo de um indivíduo ou grupo. É o que Pollak denomina “memória herdada”. São eventos que devido ao impacto provocado atravessam o tempo com altíssimo grau de identificação.

Para este autor a memória é também seletiva, isto é, nem tudo fica gravado ou registrado. Ela é em parte herdada, não se limitando apenas à vida física da pessoa. Ela é passível de flutuações resultantes do momento em que é articulada e em que está sendo expressa.

Todo o arcabouço teórico relativo ao conceito de memória fornecido respectivamente por Halbwachs e Pollak e exposto até aqui, mostrando como ela é um fenômeno construído e ao mesmo tempo como ela é seletiva, constitui material de extrema relevância na construção da memória do Instituto de Economia/UFRJ. Desfaz, por exemplo, o mito da existência de uma única memória e de um compromisso com a busca de uma verdade absoluta sobre a história da Instituição.

Ouvindo-se o depoimento do grupo de professores do IE associado à análise dos documentos impressos, espera-se chegar a um viés possível da (re)construção da memória da Instituição e com isto a uma melhor compreensão do papel que ela tem desempenhado ao longo da sua história.

3.2 MEMÓRIA E DOCUMENTO

Além da explicitação da concepção de memória utilizada nesta dissertação, é fundamental discutir o papel do documento como suporte de registro da memória, porque nem sempre foi assim. Houve uma época, anterior à escrita, em que toda a memória e toda a tradição eram transmitidas oralmente.

De acordo com o historiador francês Le Goff (1990) a memória coletiva e a sua forma científica - a história -, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos. Os monumentos representando uma herança do passado, e os documentos, uma escolha do historiador.

Vale aqui destacar a análise de Halbwachs, em citação de Pollak (1989) sobre a memória coletiva, na qual ele menciona o vigor dos diversos pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos. Entre eles incluem-se os monumentos, esses lugares de memória analisados por Pierre Nora, o patrimônio arquitetônico e seu estilo, [...] as paisagens, as datas e personagens históricas, as tradições e costumes, [etc]... (POLLAK, 1989, p.3).

O termo latino *documentum* (LE GOFF, 1990) é derivado de *docere* “ensinar”, no entanto somente no início do século XIX o termo documento adquire o sentido moderno de testemunho histórico.

O termo “monumentos” ainda no século XIX seria usado correntemente para as grandes coleções de documentos.

Le Goff ressalta que, destacando-se de um conjunto de palavras (provas, instrumentos, testemunhos, etc.) que tentavam reunir os novos métodos da memória coletiva e da história, o termo “documento” iria ocupar um primeiro plano.

Para este historiador o triunfo do documento coincide com o do texto. A partir daí, todo historiador ao tratar da historiografia não dispensará o recurso do documento.

No entanto, se a concepção de documento não sofria modificação, o seu conteúdo enriquecia-se e ampliava-se. Indo além de uma visão limitadora, na qual documento era, sobretudo texto, Fustel de Coulanges citado por Le Goff (1990) em 1862, declara; “onde faltam os documentos escritos, deve a história demandar às línguas mortas os seus segredos ... Deve escutar as fábulas, os mitos, os sonhos da imaginação” (LE GOFF, 1990, p. 539).

Daí que Samaran citado por Le Goff (1990) propõe: “Não há história sem documento” e afirma: “Há que tomar a palavra “documento” no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou de qualquer outra maneira” (LE GOFF, 1990, p. 540).

Deve-se, no entanto, ter em mente que o documento “não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 1990, p. 545).

Deste modo, compreende-se que os documentos, isto é, as atas e as narrativas dos professores que tratam da trajetória do IE, certamente contribuem para a consolidação e projeção da sua imagem para o público interno e externo. São informações e dados fundamentais, que possibilitam a construção da memória da Instituição. Ainda que estas informações não sejam capazes de dar conta de todas as intenções e motivações que justificaram a criação do IE, de alguma forma refletem uma parte da sua história, pois permitem o contato com acontecimentos, personagens e lugares que, no entender de Pollak (1992), são os elementos constituintes da memória individual ou coletiva.

Ademais, os registros referentes à trajetória da Instituição ganham um contorno especial, pois são parte da memória de um saber, exatamente pela posição emblemática assumida pelo Instituto no ensino das Ciências Econômicas no Brasil. Memória, que em

última análise, é parte integrante da construção da identidade do Instituto, sobretudo por fornecer um sentido de continuidade por parte do grupo de professores em relação às experiências vividas no âmbito da Instituição. Esta memória, que no dizer de Pollak (1992),

é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992, p. 204)

Acrescente-se, ainda, que na (re)construção da memória do IE evidentemente está sendo gerado um documento que, espera-se, venha a ser fonte de informação relevante para todos aqueles que queiram tomar conhecimento de parte da sua história, documento que vem revestido de um aspecto peculiar, uma vez que alguns dos seus professores estão contribuindo para a (re)construção desta memória.

3.3 LINGUAGEM E IDENTIDADE

Alguns autores têm se dedicado aos estudos da linguagem, procurando compreender suas origens e os mecanismos pelos quais ela produz sentidos. É natural o grande interesse dos estudiosos pelo tema, uma vez que o ser humano, pela sua própria natureza, depende da linguagem para estabelecer os processos e as redes de comunicação. É desta maneira que se faz a aquisição do conhecimento e que, portanto, o homem se integra à própria vida.

Os estudos da linguagem permitem a compreensão do processo de construção da memória e dos elos que ela estabelece entre eventos passados e os acontecimentos do presente projetando luz sobre as relações com o futuro.

Segundo Ferreira e Orrico (2002), é na linguagem que se dá o processo de construção das culturas humanas, vale dizer, que é exatamente pela linguagem que se produzem as narrativas e os discursos que norteiam as ações. Daí, segundo as autoras, a linguagem se apresentar como

um lócus privilegiado para os estudos que pretendem investigar como são e como se constroem as narrativas e as identidades que dela emergem, as memórias que conectam passado e presente dos grupos sociais e que orientarão as relações com o futuro (FERREIRA; ORRICO, 2002, p. 8-9).

Vale aqui destacar o pensamento de Stuart Hall sobre o tema, explorando, neste contexto, a lógica da sua argumentação.

Hall citado por Woodward (2000) se posiciona a partir da perspectiva de quem e o que nós representamos quando falamos. Ele argumenta que, invariavelmente, o sujeito fala a partir de uma dada posição histórica e cultural. No seu entendimento há duas maneiras diferentes de se considerar a identidade cultural. A primeira implica o ponto de vista no qual uma determinada comunidade, procura recuperar a “verdade” sobre seu passado no que ele denomina “unicidade” de uma história e de uma cultura partilhadas que poderiam ser culturalmente representadas, por exemplo, em um filme. A segunda concepção de identidade cultural é aquela que a percebe como “uma questão tanto de “tornar-se” quanto de “ser””. Nessa perspectiva não se nega uma identidade ao passado, mas simplesmente o reconhecimento que, ao reivindicá-la, nós a reconstruímos, e mais, o passado é objeto de uma permanente transformação. Hall é favorável ao reconhecimento da identidade, mas reconhecendo a sua fluidez.

Hall (2000) ainda enfatiza, precisamente porque as identidades são decorrentes de construções que se fazem dentro e não fora do discurso, “que precisam ser entendidas como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas” (HALL, 2000, p. 109). Junte-se a isto o fato de as identidades emergirem no interior de práticas específicas de poder, sendo, por isto mesmo, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma identidade em seu significado tradicional.

A abordagem de Hall interessa particularmente aos objetivos desta dissertação, na medida em que à semelhança da posição defendida pelo autor, trabalha-se aqui com o pressuposto de que há múltiplas e heterogêneas formas de representar as identidades da Instituição no processo de construção da memória do IE.

Sob esta ótica, vale lembrar o pensamento de Bourdieu citado por Woodward (2000), para quem os indivíduos vivem no interior de diferentes instituições, que ele mesmo denomina de “campos sociais”, isto é, família, grupos de colegas, instituições educacionais, grupos de trabalho ou partidos políticos. Sendo assim, é evidente que contextos sociais diversos determinam nosso envolvimento com diferentes significados sociais, daí as diferentes identidades envolvidas.

Compreendendo o contexto do mundo em que vivemos, é natural que se busque uma reconceitualização de identidade. Esta nova concepção, de acordo com Hall (2000)

aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo dos discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação (HALL, 2000, p. 108).

3.4 LINGUAGEM E DISCURSO

O estudo da linguagem por sua vez, pressupõe várias abordagens. Pode-se voltar para o campo da Lingüística, o que significa, por exemplo, o estudo da língua como sistema de signos ou regras formais; ou ainda o campo cognitivo, mais afeto à gramática normativa. Ambos os campos, no entanto, não dão conta dos estudos sobre discurso que deve ser entendido como palavra em movimento, prática da linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana. (ORLANDI, 2002)

Segundo Orlandi (2002), não há similaridade entre a concepção de discurso e o esquema básico da comunicação na disposição dos seus elementos, na proposição do que seria mensagem. Este esquema é composto dos seguintes elementos emissor, receptor, código, referente e mensagem. O emissor transmite uma mensagem (informação) ao receptor, mensagem formulada em um código referindo a algum elemento da realidade – o referente. Há portanto uma espécie de linearidade na disposição dos elementos da comunicação, como se a mensagem fosse produto de um processo que obedece a seguinte seqüência: alguém fala, refere alguma coisa, através de um código, e o receptor capta a mensagem, decodificando-a. Na verdade, a língua não é um código entre outros, e não há esta separação entre emissor e receptor; não há também esta seqüência em que primeiro um fala e depois o outro decodifica. Eles realizam simultaneamente o processo de significação e não estão separados de maneira estanque. Em lugar da mensagem pode-se pensar aí no discurso, no qual não há uma simples transmissão da informação, pois no mecanismo da linguagem que relaciona sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, resulta um complexo processo de constituição do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade. A idéia do discurso não se circunscreve ao campo da comunicação, uma vez que a linguagem serve tanto para comunicar quanto para não comunicar. As relações de linguagem são relações de sujeito e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentidos entre locutores.

Essa concepção de discurso, que abarca as modalidades oral e escrita, compreende-o como processo que pressupõe a inter-relação entre os campos social e histórico, o subjetivo e o objetivo.

3.5 REPRESENTAÇÃO

No trabalho da (re)construção da memória do Instituto de Economia, no qual a noção de representação é central, deve-se de início perceber como se deu historicamente a construção desse conceito.

Minayo (2002) enfatiza, que do ponto de vista sociológico, Durkheim é o primeiro autor a trabalhar explicitamente com representações sociais. Usado como sinônimo de representações coletivas, o termo se refere a categorias de pensamento por meio das quais determinada sociedade elabora e expressa sua realidade. O pensamento de Durkheim é de que essas categorias não são dadas a priori e não são universais na consciência, mas aparecem vinculadas aos fatos sociais, transformando-se, elas próprias, em fatos sociais passíveis de observação e interpretação. Para Durkheim é a sociedade que pensa.

De acordo com Durkheim, algumas representações, mais que outras, exercem sobre o indivíduo uma espécie de coerção para atuar em determinado sentido. Dentre elas destacam-se a religião, a moral, e as categorias de espaço, tempo e personalidade.

Neste aspecto, vale destacar o conceito de representações sociais sob a ótica da Sociologia Clássica. Em trabalho publicado sobre o tema, Minayo (2002) aponta que

representações sociais é um termo filosófico que significa a reprodução de uma percepção retida na lembrança ou do conteúdo do pensamento. Nas Ciências Sociais, as representações sociais são definidas como categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a. (MINAYO, 2002, p. 89)

Esta autora enfatiza que as representações sociais “se manifestam em palavras, sentimentos e condutas e se institucionalizam, portanto, podem e devem ser analisadas a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais.” (MINAYO, 2002, p.108). Acrescenta ainda que sua mediação privilegiada, porém, é a linguagem, considerada sob o ponto de vista do conhecimento e da interação social. Ainda que tendo consciência de que ela

expressa um pensamento fragmentário e se limita a certos aspectos de vida, quase sempre contraditórios, a representação possui diversos níveis de clareza e de nitidez em relação à realidade.

Moscovici (2001) é um outro autor que tem contribuído de maneira relevante, através da sua produção, para os estudos sobre o conceito de representação social. Lembra em um dos seus artigos, que depois de ser reconhecida na França como o fenômeno mais importante da Ciência Social, a noção de representação coletiva passou por um período de quase cinquenta anos de obscurantismo, embora não se saiba exatamente a razão. Enfatiza que quem promoveu o resgate da representação coletiva foi uma escola de historiadores responsável por pesquisas sobre mentalidades.

Moscovici interpreta a mudança no conceito de representação de coletiva para social como decorrente da necessidade de se considerar uma certa diversidade de origem, tanto em relação aos indivíduos quanto em relação aos grupos. Um outro fator seria a necessidade de mudança de ênfase sobre a comunicação que permite aos sentimentos e indivíduos convergirem: de maneira que algo individual pode tornar-se social ou vice-versa. “Reconhecendo-se que as representações são ao mesmo tempo, construídas e adquiridas, tira-se-lhes esse lado preestabelecido, estático, que as caracteriza na visão clássica”. Daí a observação de Codol citado por Moscovici “o que permite qualificar como sociais as representações são menos seus suportes individuais ou grupais do que o fato de que sejam elaboradas no curso de processos e trocas e de interações.” (MOSCOVICI, 2001, p. 62)

Ainda citando Moscovici, vale destacar sua observação sobre os mecanismos psíquicos que produzem um fenômeno específico no curso destes milhares de atos: contar, reproduzir e recontar, efetuados por tantos indivíduos. Representando-se uma coisa ou uma noção, não produzimos unicamente nossas próprias idéias e imagens: criamos e transmitimos um produto progressivamente elaborado em inúmeros lugares, segundo regras variadas.

Dentro destes limites, o fenômeno pode ser denominado representação social. Tem um caráter moderno pelo fato de que, em nossa sociedade, substitui mitos, lendas e formas mentais correntes nas sociedades tradicionais: sendo seu substituto e seu equivalente, herda, simultaneamente, certos traços e poderes.

Tendo por base os conceitos descritos neste capítulo, segue-se a apresentação da metodologia aqui empregada.

3.6 OPÇÃO METODOLÓGICA

A metodologia utilizada neste trabalho é a análise do discurso francesa, tendo como aporte teórico o pensamento de Pêcheux, considerado um dos maiores expoentes desta vertente.

Pela análise do discurso, procura-se compreender a língua como construtora de sentido inserida e constitutiva do homem e da sua história.

A análise do discurso entende a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, realizada pelo e no discurso, possibilita tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive.

Segundo Orlandi (2002),

a análise do discurso não trabalha com a língua como um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade (ORLANDI, 2002, p. 15-16).

Certamente, todas essas reflexões, permitem uma compreensão maior em torno da concepção do discurso como algo construído socialmente.

O início da análise do discurso, que assume o discurso como objeto, situa-se nos anos 60 do século passado. No entanto, o estudo que lhe interessa, a saber, o da língua funcionando para a produção de sentidos e que permite analisar unidades além da frase, ou seja, o texto, já era praticada, embora de forma não sistemática, em diferentes épocas e segundo diferentes abordagens (ORLANDI, 2002).

A análise do discurso considera que a linguagem não é transparente. Desse modo ela não procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado. A questão fundamental a ser respondida pela análise do discurso é: como este texto significa? (ORLANDI, 2002).

Na análise do discurso o que importa não é “o quê” mas o “como”. Para responder, ela não trabalha com os textos apenas como ilustração ou como documento de algo que já está sabido em outro lugar e que o texto exemplifica. Ela produz um conhecimento a partir do próprio texto, porque o vê como tendo uma materialidade simbólica própria e significativa, como tendo uma espessura semântica: ela o concebe em sua discursividade.

Para Pêcheux (1997)

é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma seqüência lingüística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção. (PÊCHEUX, 1997, p.79)

Nos anos 60, a Análise do Discurso se constituiu no espaço de questões criadas pela relação entre campos diferentes de conhecimento que constituem ao mesmo tempo uma ruptura com o século XIX: a Lingüística, o Marxismo e a Psicanálise. Por outro lado, se a análise do discurso é herdeira dos três campos de conhecimento, não assume esta posição de maneira subserviente, trabalha a noção de discurso conservando sua independência em relação à Lingüística, à Teoria Marxista e à Psicanálise.

Interroga a Lingüística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o [Marxismo] perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como

materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele. (ORLANDI, 2002, p. 20)

Pêcheux nega totalmente a concepção de linguagem como um mero instrumento de comunicação de significações que existiriam e poderiam ser definidas independentemente da linguagem, isto é, “informações”. Uma tal concepção de linguagem é, para ele, uma ideologia cuja função nas “ciências humanas e sociais” é justamente ocultar seu vínculo com a prática política, e ao mesmo tempo, colocar estas ciências no prolongamento das ciências sociais.

Com o objetivo de provocar uma ruptura na concepção instrumental tradicional de linguagem foi que Pêcheux introduziu o discurso tentando elaborar teoricamente, conceitualmente e empiricamente uma nova concepção sobre ele.

Para Pêcheux, citado por Orlandi (2002), existem duas formas de esquecimento no discurso, que norteiam sua construção. O primeiro diretamente relacionado à ideologia na qual somos inseridos; e o segundo direcionado ao modo como o discurso é produzido, como se pode ilustrar pelos segmentos transcritos abaixo:

O esquecimento número um, também chamado esquecimento ideológico: ele é da instância do inconsciente e resulta do modo como somos afetados pela ideologia. Por esse esquecimento temos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos preexistentes. [...] Na realidade, embora se realizem em nós, os sentidos apenas se apresentam como originando-se em nós: eles são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isto que significam e não pela nossa vontade.

O esquecimento número dois, que é da ordem da enunciação: ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra e, ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásicas que indicam que o dizer sempre podia ser outro. Ao falarmos “sem medo”, por exemplo, podíamos dizer “sem coragem”, ou “livremente” etc... Isto significa em nosso dizer e nem sempre temos consciência disso. Este “esquecimento” produz em nós a impressão da realidade do pensamento, a denominada ilusão referencial, que nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não com outras, que só pode ser assim. Ela estabelece uma relação “natural” entre palavra e coisa. Mas este é um esquecimento parcial, semi-consciente e muitas vezes voltamos sobre ele, recorremos a esta margem de famílias parafrásicas, para melhor especificar o que dizemos. (ORLANDI, 2002, p. 35)

Evidentemente que as considerações de Pêcheux sobre o discurso são de grande interesse face às narrativas que ajudarão a (re)construção da memória do IE. São informações fundamentais para se analisar a produção de sentidos decorrentes dessas narrativas.

Ressalte-se que serão entrevistados professores que compartilham concepções de mundo, por vezes, antagônicas entre si, e que são todos profissionais de alta competência, cujas imagens públicas são preservadas.

Abordados os aspectos teóricos e metodológicos do trabalho, deve ser realçada a compreensão do significado da memória como um fenômeno construído socialmente e o papel do discurso nessa construção.

A ênfase dada à linguagem, por intermédio de construção discursiva, foi o caminho encontrado para se demonstrar de que é nela que se faz a construção de narrativas e de identidade como a que se pretende em relação à memória do IE.

Buscou-se, também, apresentar a metodologia norteadora deste trabalho que, pela sua própria natureza, possibilita uma melhor abordagem do objeto de estudo.

Por suposto, este instrumental teórico facilita a análise das representações do IE no imaginário do grupo de professores entrevistados e que fazem parte, em última instância, da própria memória da Instituição.

3.7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho de (re)construção da memória do Instituto de Economia realizou-se em duas etapas.

ETAPA 1:

Realizada através da consulta dos documentos oficiais impressos (Atas do Conselho Deliberativo do IE) de forma a verificar os objetivos iniciais da criação do Instituto.

A intenção como parte da metodologia de trabalho era consultar Atas e Relatórios de criação do Instituto referentes ao período 1979-96. Este período caracteriza-se pela criação, em 1979, do Instituto de Economia Industrial e portanto, do próprio mestrado em Economia e vai até 1996, quando se dá a fusão da graduação e da pós com a fundação do Instituto de Economia. Após tentativas de localização em várias instâncias, a conclusão é de que lamentavelmente parte considerável desta documentação se perdeu. A consulta, portanto, ficou restrita as Atas do Conselho Deliberativo (1979-96) localizadas nos arquivos da Diretoria do IE.

A leitura dessas Atas revelou um material rico em informações sobre a Instituição. Na primeira reunião ordinária são reafirmados aspectos do **perfil do IEI**, neste caso específico, segundo a expectativa de um órgão de fomento. Consultas a outras Atas evidenciaram um estímulo ao fortalecimento de **parceria do IEI com órgãos públicos** visando ao **desenvolvimento de pesquisas e a necessidade de integração das pesquisas do IEI com órgãos públicos de planejamento**. Examinando-se ainda Atas posteriores foi possível encontrar registros de compromissos do Instituto com a **criação de cursos** e a **criação do doutorado**. Um outro tema recorrente trata da **integração FEA-IEI (fusão da graduação e da pós)** objeto de discussão em 1987 e cuja implementação só ocorreria em 1996.

Com base na consulta das Atas, e para efeito de análise, foi possível estabelecer categorias e sub-categorias:

1. PERFIL DO IE

1.1 Tornar-se um organismo especializado em política científica e tecnológica
(demanda externa)

2. PARCERIA COM ÓRGÃOS PÚBLICOS

2.1 Parcerias com a FINEP e com o CNPq;

2.2 Integração de pesquisas realizadas no IEI com órgãos públicos de planejamento.

3. CRIAÇÃO DE CURSOS

3.1 Promoção de cursos de especialização para funcionários de órgãos governamentais;

3.2 Proposta da implantação de uma comissão de pós-graduação com o objetivo de reestruturar o programa de pós-graduação do IEI visando à criação do doutorado em planejamento econômico e social.

4. INTEGRAÇÃO FEA-IEI

4.1 Indicada comissão para estudar a fusão FEA-IEI, isto é, da graduação com a pós-graduação em Economia.

Seguem abaixo algumas transcrições que configuram estas políticas:

1. PERFIL DO IEI

Ata da sessão de instalação do Conselho Deliberativo (CD) da posse dos membros indicados ou eleitos e da primeira reunião ordinária.

Às 16:00hs 13 de outubro de 1980,

Na sala da Congregação da FEA/UFRJ, à

Av. Pasteur, 250

“Com a palavra, o **Prof. José Pelúcio Ferreira falou do interesse do presidente do CNPq em que o IEI/UFRJ se torne um organismo especializado em política científica e tecnológica**, completando suas considerações neste particular com a enumeração dos auxílios que poderão ser, eventualmente, concedidos por essa instituição.” (p. 4, grifo nosso).

Na fala do Diretor do Instituto está caracterizada a expectativa, por parte de um órgão do governo, em relação ao perfil que o IEI deveria assumir.

2. PARCERIA COM ÓRGÃOS PÚBLICOS

Ata da 4ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Instituto de Economia Industrial, realizada aos 31 dia do mês de agosto de 1981, na sala da Congregação da Faculdade de Economia e Administração FEA/UFRJ.

“O Prof. Lessa, Coordenador de Pesquisa, referiu-se a necessidade de fortalecimento das relações IEI/FINEP e sugeriu a conveniência, para tal fim da realização de um pequeno projeto de investigação sobre a evolução da consultoria nacional amparada por aquele órgão” [...] “No que respeita às relações IEI/CNPq o Prof. Lessa deu notícia do bom desenvolvimento dos trabalhos com aquele órgão” (p.1, grifo nosso).

Está presente neste discurso a parceria com organismos governamentais visando ao desenvolvimento de pesquisas.

Ata da 47ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Instituto de Economia Industrial
Realizada no dia 16 de abril de 1986 na sala da Congregação da Faculdade de Economia e Administração da UFRJ.

“A Profª Maria da Conceição Tavares deu início aos trabalhos discorrendo sobre a necessidade de integração de pesquisas de pós-graduação do IEI e de cooperação dos mesmos com os órgãos públicos de planejamento e com as organizações de sociedade civil. Neste sentido, ela pede licença ao Conselho para entabular negociações com os órgãos de planejamento do país, a saber INPES, IPEA, SEPLAN e BNDES.” (p.1, grifo nosso).

3. CRIAÇÃO DE CURSOS

“[...] Passando à ordem do dia, o Senhor Presidente prestou ao CD as informações seguintes: [...] (4) a Direção do IEI/UFRJ, no período de junho a agosto de 1980,

negociou com a Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB) através da PLANFAP (Plano de Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal do MME) a montagem e subministro de um curso de especialização em economia mineral, para um grupo de 25 técnicos daquele ministério. Era idéia do PLANFAP instituir o referido curso em caráter permanente e localizá-lo no “campus” da Praia Vermelha, fato que determinou a coparticipação da FEA, que se dispôs a colaborar, abrindo as suas dependências para acolher o curso.” (p.1-2, grifo nosso).

Neste caso, o Instituto explicita um compromisso, que se mantém na atualidade, de ministrar cursos de especialização para Instituições do Governo.

SOBRE A CRIAÇÃO DO DOUTORADO

“Além da comissão de ensino acadêmico já existente **foi proposta a implantação de uma comissão de pós-graduação de acessoria à direção para acompanhar a evolução do mestrado com vistas a reestruturação do programa de pós-graduação do IEI que deverá contar no próximo ano com o doutorado em planejamento econômico e social, com as seguintes áreas de concentração: políticas industrial, científica e tecnológica, políticas sociais; e uma área de integração geral de planejamento.** (p. 1 grifo nosso).

Aqui fica o registro em Ata das providências para a criação do doutorado que de fato aconteceu naquele ano.

4. INTEGRAÇÃO FEA-IEI

Ata da 54ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo do Instituto de Economia Industrial realizada no dia 18 de maio de 1987 na sala de reunião do IEI da UFRJ.

“a pedido da Profª Maria Luiza o **Conselho Deliberativo indicou uma comissão para estudar a integração FEA-IEI**, constituída pelos Profs. Jonas Zonisein, João Luis Sabóia, José Ricardo Tauile, David Sergio Kupfer e José Antonio Ortega.” (p. 1 grifo nosso).

Aqui está o registro de iniciativa visando à fusão da FEA - a graduação de Economia - com o IEI, isto é, a pós-graduação. É interessante observar que esta fusão que só ocorreria em 1996 com a criação do Instituto de Economia, já era uma meta pelo menos uma década antes,

pois o registro é feito em Ata de 1987. Isto sugere que a implementação desse projeto demandou um tempo considerável e que teria sido fruto de negociações mais amplas.

ETAPA 2:

Realizada através do uso da metodologia da análise do discurso baseada nos depoimentos de um grupo de professores da ativa e professores aposentados colhidos através de entrevista, de forma a promover um estudo das representações do IE no imaginário do seu corpo docente.

Os critérios que nortearam a seleção dos professores entrevistados foram estabelecidos através de entrevista realizada com um dos docentes da Instituição – Prof. Nivalde José de Castro – a ela vinculado desde os primeiros momentos, o que lhe confere grande conhecimento da sua história. Estes critérios estão resumidos em um único item:

- Professores em exercício e professores aposentados que estão vinculados ao Instituto desde os primeiros anos.

Com base nestes critérios procedeu-se, de maneira natural, a escolha dos professores entrevistados.

3.7.1 Perfil dos professores entrevistados

Definidos os critérios de seleção do grupo, chegou-se aos seguintes nomes de professores, apresentados a seguir em ordem alfabética:

Prof. Alcino Câmara Neto – professor do IE. Atual Decano do CCJE.

- Prof. Aloísio Teixeira – professor do IE. Foi também diretor do IEI e atualmente é Reitor da UFRJ.
- Prof. Carlos Lessa – professor do IE. Ocupou os seguintes cargos: Primeiro Diretor do IE, Decano do CCJE, Reitor da UFRJ e recentemente foi presidente do BNDES.

- Prof. Jacob Frenkel – professor do IE. Fez parte do grupo fundador do IEI.
- Prof. João Luiz Maurity Sabóia – professor do IE. Atual Diretor do IE.
- Prof^a. Maria da Conceição Tavares – professora aposentada do IEI. Foi Diretora do IEI. Participou do grupo fundador.
- Prof. José Ricardo Tauile – professor do IE. Diretor do IEI (fase de transição e criação do IE).

Observa-se assim, que o conjunto de professores entrevistados tem em comum a ocupação de postos-chave – em grande parte como diretores -, à frente do Instituto de Economia em suas diferentes fases e de ter atuado na Instituição durante o período analisado. Neste sentido, esta dissertação atém-se a este grupo de atores.

Vale mencionar que os depoimentos do Prof. Carlos Lessa e da Prof^a. Maria da Conceição Tavares foram coletados de forma absolutamente especial. Devido à exigüidade de tempo, o Prof. Lessa solicitou que as perguntas fossem enviadas por e-mail e a partir daí gravou seu depoimento. A Prof^a. Maria da Conceição sugeriu que o seu depoimento fosse gravado na palestra proferida por ocasião da comemoração dos vinte e cinco anos da criação da pós-graduação em Economia em 29 de novembro de 2004. Devido à relevância do trabalho desenvolvido tanto pelo Prof. Carlos Lessa quanto pela Prof^a Maria da Conceição Tavares à frente do Instituto e compreendendo que o depoimento de ambos era fundamental para a construção de um quadro de representação do IE, a proposta foi aceita, pois, embora fugisse aos procedimentos metodológicos usados com os demais entrevistados, entendeu-se que não comprometeria a análise final dos resultados. No caso específico da Prof^a. Maria da Conceição seu depoimento ofereceu material relevante na construção do histórico da pós-graduação no Brasil e em particular do IEI, não se constituindo em material para a análise do discurso como os demais professores.

3.7.2 Agendamento da entrevista

O contato com os entrevistados foi feito através de e-mail acompanhado de uma carta padrão (**ver Anexo 1**), assinada pela autora do trabalho e por sua orientadora na qual eram explicitados os objetivos do trabalho e solicitada a colaboração do professor através da concessão da entrevista. Pedia-se também o rápido agendamento da entrevista, o consentimento para gravá-la em áudio e a autorização para se usar o material na dissertação ou em trabalhos publicados.

Ressalte-se que houve por parte dos professores o consentimento para se utilizar o conteúdo das entrevistas na dissertação e em trabalhos diversos.

Acrescente-se que essa atividade de agendamento das entrevistas consumiu um tempo considerável devido à quantidade de compromissos dos professores (viagens, aulas, etc...).

3.7.3 A entrevista

A entrevista constou de três perguntas:

1. Quais foram os objetivos iniciais da criação do Instituto de Economia Industrial?
2. Esses objetivos se mantiveram ao longo do tempo?
3. Como o professor entrevistado vê o IE hoje?

Buscou-se, durante as entrevistas cuja duração foi em média de uma hora, fazer poucas intervenções, permitindo que o discurso dos entrevistados fluísse naturalmente. Foram gravadas em fita cassete e a transcrição foi literal.

3.7.4 **Entrevista: algumas considerações**

O grupo de professores entrevistados mostrou-se, de maneira geral, desde o primeiro momento, bastante interessado em dar o seu depoimento quando informado a respeito dos objetivos do trabalho. Houve um esforço por parte dos docentes de compatibilizar dia e horário de modo a oferecer sua contribuição no processo de (re)construção da memória do IE.

É digno de registro o cuidado do corpo de professores em indicar nomes que deveriam também ser entrevistados visando à maior completude do trabalho. A esses professores resta esclarecer que, a despeito do esforço de se realizar um trabalho totalizador, não há - para quem trata com matéria tão delicada como a memória, que se caracteriza por sua própria natureza como fluida, dinâmica e sujeita permanentemente ao processo de construção e transformação, - como oferecer um produto completo e acabado. Ademais, foram ouvidos exatamente os professores que mais se adequaram aos critérios pré-estabelecidos para o desenvolvimento do estudo em questão, dado que neste trabalho se considera que as representações do IE nos dias de hoje devem refletir a trajetória da Instituição da qual esses professores são parte integral.

É importante enfatizar que a tarefa de transcrição das entrevistas foi feita de maneira literal. Procurou-se desta maneira preservar a máxima fidelidade em relação aos depoimentos e às narrativas.

Perpassa também este trabalho o pressuposto de que a memória do IE, que resulta dos depoimentos de parte do seu corpo docente, é produto de uma construção deste grupo de professores entrevistados e, portanto sujeita a esquecimentos e censura. É um reflexo da sua historicidade e de suas ideologias.

É importante que se diga que essa memória é rica porque representa a memória de um grupo, que foi construída com base em experiências vividas socialmente. Assume, portanto, um caráter singular. Não significa um compromisso com a unicidade, pelo contrário, as narrativas produzem uma memória que mesmo coincidindo em muitos aspectos, traz também em seu bojo aspectos heterogêneos.

3.7.5 Identificação dos entrevistados

Como recurso metodológico, buscou-se a identificação dos entrevistados através de letras do alfabeto utilizadas de maneira totalmente aleatória, uma vez que, não era objetivo identificar as falas ou personalizar as narrativas, mas identificar como esta construção discursiva se evidencia nos diferentes entrevistados.

4 O INSTITUTO DE ECONOMIA E SUAS REPRESENTAÇÕES

A memória [...] é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente, aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. (HALBWACHS, 1990, p. 81-82)

Este capítulo tece algumas considerações sobre o contexto no qual foram feitas as entrevistas. Traz, sobretudo à luz as representações do Instituto de Economia presentes nos discursos dos seus professores, coletadas nos depoimentos.

4.1 REPRESENTAÇÕES: CATEGORIA ESTABELECIDADA

Para a análise das representações do IE e dos sentidos produzidos nas narrativas dos professores foi estabelecida **uma única categoria de sujeito**:

- Professores em exercício e professores aposentados que estão ou estiveram no Instituto desde os primeiros anos da sua criação.

Este grupo de professores acompanhou, portanto, intensamente as experiências da Instituição durante o período sob análise (1979-96).

4.1.1 O Instituto de Economia: representações

Importa que se faça aqui uma observação. Até agora tem sido usada a sigla IE (Instituto de Economia) para caracterizar a Instituição e o trabalho sobre a sua memória. Afinal o IE é fruto do somatório de uma experiência institucional – traduzida em diferentes denominações - vivida ao longo do tempo e que foi fundamental na construção da sua

identidade. Neste tópico no entanto, será usada, em grande parte, a sigla IEI (Instituto de Economia Industrial) para demarcar o período de criação do mestrado e do nascimento dessa Instituição que ocorre em 1979 e vai até 1996. O IEI portanto é parte da história do IE, constituindo a sua criação um dos seus marcos institucionais, só cedendo lugar ao Instituto de Economia ao ser absorvido por este em 1996. Em defesa dessa posição toma-se aqui a fala de um dos professores entrevistados ao se referir ao IEI “esse movimento que mudou de nome várias vezes”.

A seguir, será apresentada a perspectiva dos professores entrevistados sobre a trajetória do IEI. Procurou-se também nas narrativas desses docentes, tanto quanto possível, retomar as categorias estabelecidas com base na análise das Atas do Conselho Deliberativo. Essas categorias vão estar presentes, dando título a tópicos, ou ainda entremeando as próprias narrativas dos entrevistados. Para privilegiar a lógica dos eventos que dão conta da memória do IEI não foi possível seguir à risca a cronologia das categorias estabelecidas.

4.1.2 Perfil do IEI

O Instituto que emerge dos discursos dos seus professores é uma Instituição cuja criação vincula-se ao sonho da retomada de um projeto desenvolvimentista para o país. Nesse sentido, o IEI estava destinado a formar profissionais com competência para gestar um novo projeto de nação. O Instituto era parte desse processo.

É útil lembrar o contexto em que se deu a criação do IEI, correspondente ao final dos anos 70, período, portanto, em que o núcleo de doutores em Economia era formado fora do país. À época, no Rio de Janeiro, só existia a pós-graduação *stricto sensu* na Fundação Getúlio Vargas (FGV), obedecendo a uma linha mais ortodoxa. O IEI representava um

modelo alternativo na forma de se pensar o país, buscando uma visão mais plural e heterodoxa. Segundo o depoimento do professor A, pensava-se em poder **“gestar as empresas e articular os setores”**.

Ademais, a criação do Instituto de Economia Industrial e do seu mestrado tinha, para o professor B um caráter inovador: **“queríamos algo novo, algo diferente, algo que fosse heterodoxo”**. Compreende-se aqui que o emprego do verbo querer na primeira pessoa do plural enfatiza que a implementação do IEI foi resultado de fato de um projeto coletivo. Revela, por outro lado, que havia um propósito comum por parte do grupo fundador em relação aos objetivos da Instituição.

A idéia começou a ser germinada através de um pequeno número de professores, na verdade três. Mais especificamente Prof. Marcelo Paiva Abreu, na época Coordenador de Centro de Estudos da FINEP, o Prof. Jacob Frenkel, pertencente ao quadro de docentes da FEA e também Analista de Projetos de Programas da FINEP e Prof. Winston Fritsch, Professor do Mestrado em Economia da Tecnologia da COPPE. Tanto o Prof. Paiva Abreu quanto o Prof. Fritsch já tinham feito doutorado em Cambridge. Percebendo a viabilidade de se levar a idéia adiante e buscando um reforço institucional à comissão foi agregado mais tarde o nome da Prof^a. Maria da Conceição Tavares, na época consultora da FINEP e já de regresso à Faculdade. Este grupo observou que havia espaço institucional para a criação de mais um mestrado, pois o único existente no Rio de Janeiro era o da FGV.

Essas reuniões iniciais foram feitas na FINEP. A Faculdade de Economia (FEA) ainda não havia entrado nas negociações. A idéia concebida era a de se fazer uma fusão do mestrado em Economia da Tecnologia que era parte do Programa de Engenharia de Produção da COPPE e este que estava para ser criado, isto é, o IEI, para não se ter dois mestrados em Economia na UFRJ.

Posteriormente, passou a fazer parte do grupo o Diretor da COPPE na época, Paulo Alcântara Gomes, que se tornaria mais tarde Reitor da UFRJ.

Na verdade o curso começou a ser pensado em abril de 1978 e em 1979 foi implementado. Portanto tudo aconteceu de forma extremamente ágil.

Um episódio trágico – o incêndio na gráfica da FEA – terminou, ao se somar à outros eventos, fortalecendo a idéia de criação do IEI, pois propiciou, através do Prof. Américo Cury e da Prof^a Maria da Conceição, a aglutinação de forças necessárias de maneira a buscar alternativas em benefício do curso de graduação de Economia que estava em crise. Na verdade, a crise que atingia a FEA era fruto ainda dos impactos políticos do regime ditatorial implantado em 1964. Essa conjuntura política deixou marcas profundas no meio acadêmico com o afastamento, através do exílio, de vários catedráticos da UFRJ.

A narrativa do professor B revela que

“[...] a Faculdade estava muito decadente, acho que 20% dos professores da época, não eram professores, não recebiam. Davam aula de graça. Porque a Faculdade era muito visada pela repressão no período da ditadura militar. Então ela sofreu muito com isso.”

Houve então a iniciativa do Prof. Cury e da Prof^a Maria da conceição, de se procurar o Prof. José Pelúcio Ferreira, Presidente da FINEP. Dos entendimentos havidos concluiu-se que a criação do mestrado seria uma forma de ajudar a Faculdade de Economia. É bom lembrar que a FINEP só financiava cursos de pós-graduação. Assim foi aberto um caminho para a FINEP fornecer o seu apoio. O professor B pondera:

“foi uma questão de idéia, oportunidade, uma coincidência: esse fogo e a questão do Américo que já conhecia a Conceição. Eram pessoas que tinham [...] uma proximidade ideológica e teve essa coincidência, o fato do Prof. Américo Cury conhecer muito bem, se relacionar muito bem com o Presidente da FINEP, o Prof. Pelúcio.”

Com o apoio da FINEP que também respaldava o mestrado da COPPE, o diálogo com o Diretor da COPPE, Prof. Paulo Alcântara - incluída a idéia de fusão dos dois mestrados -, foi extremamente facilitado.

É importante lembrar que no segundo capítulo desta dissertação já havia sido mencionado este vínculo entre as áreas de Engenharia (Mestrado em Economia da Tecnologia) e Economia, ao se falar sobre a criação do IEI.

Desta forma a aprovação da implantação do curso de mestrado pelo Conselho Universitário da UFRJ aconteceu de forma absolutamente tranqüila.

Deve ser mencionado que a idéia de se fazer um mestrado em Economia Industrial representava a possibilidade de se entrar numa área que não existia, que as pessoas iam estudar fora do país. Daí o nome de Instituto de Economia Industrial.

Ainda na fase de negociações do mestrado foi feito um pequeno concurso para admissão de professores e depois um grande concurso após vinte anos.

Nessa primeira fase, o grupo que esteve à frente do Instituto incluía os nomes do Prof. Américo Cury que se tornou diretor do IEI. Já nesta época o Prof. Cury estava se aposentando do BNDES passando a se dedicar em tempo integral às atividades acadêmicas. O Prof. Pelúcio, ficou como Vice-Diretor. Ao deixar a presidência da FINEP ingressou na Universidade como professor convidado. O Prof. Marcelo Paiva Abreu passou a integrar o quadro de professores via concurso. O Prof. Fritsch já era da Universidade e veio transferido da COPPE. Foi Diretor da FEA. O Prof. Jacob Frenkel ficou como Chefe de Departamento de Economia da FEA.

Embora nem todos tenham ingressado via concurso, pois alguns do grupo original já eram da UFRJ, a abertura do concurso representou de maneira geral, um movimento de renovação da própria FEA para estreitar laços com esse núcleo de pesquisa e pós-graduação.

Através deste histórico institucional compreendem-se as razões pelas quais, nos depoimentos, há nomes de professores citados de forma recorrente, pela liderança e trabalho exercido na implantação do mestrado e na criação do IEI, como o do Prof. Américo Cury e do Prof. José Pelúcio Ferreira.

Desses depoimentos fica claro que a criação do IEI se deu de forma muito rápida e sem atropelos. Havia uma questão de oportunidade. E principalmente uma grande vontade política, dentro e fora da Universidade.

Era provavelmente uma época que comportava a possibilidade de se sonhar. Comenta o professor B ao ser estimulado a discorrer sobre a criação do IEI:

“Para recuperar esta história. Esta história feliz”.

Refere-se ao momento imediato à criação do Instituto. Parece que tudo dava certo. Segundo este mesmo professor:

“Foi excelente. Foi excelente. Fomos considerados nos três primeiros anos, o melhor curso do país, dada a qualidade do corpo docente, dado a inovação, o campo do conhecimento, fomos muito bem recebidos, tivemos excelentes alunos...”.

Há portanto, uma perspectiva sobre os primeiros anos do IEI, como sendo sua época de ouro. O período das utopias. Essa percepção perpassa todo o corpo de entrevistados. Ela é parte da memória do grupo. Tanto que um dos entrevistados - professor C -, afirma em relação à opção de se (re)construir a memória do Instituto a partir desse marco institucional:

“eu acho feliz a sua decisão de recortar o tempo dessa maneira: 79 a 96. Esse é o período da existência do Instituto de Economia Industrial. Esse é um período muito mítico.”

Há que se observar que a história da criação do IEI se confunde com um momento político de efervescência na vida nacional. Eram feitos os primeiros ensaios da redemocratização do país. Era o momento da volta dos exilados políticos, muitos deles professores das Universidades, pelo menos um, integrante do grupo fundador do IEI. Há indícios, portanto, de que a Instituição e a sua criação funcionaram como a possibilidade de um espaço catalisador de mudanças, uma espécie de laboratório para se sonhar um novo modelo de desenvolvimento econômico para o país.

As narrativas sugerem que participar como professor, da vida acadêmica do IEI nos seus primeiros anos, representou para todos uma experiência única, um campo para o exercício da criatividade. O professor C comenta:

“foi muito fértil, foi muito fértil. A gente trabalhou junto efetivamente.” [...] “Havia muita vontade, havia muito empreendedorismo, havia muita emoção.”

Esta narrativa confirma um período, já expresso anteriormente, em que havia um sentido de grupo, que conferia aos professores envolvidos um alto grau de identificação com a Instituição. Nota-se que nesta primeira fase do IEI, os discursos produzidos são profundamente afirmativos quanto ao desenvolvimento do projeto que conduziu a implementação do programa de pós-graduação.

Na verdade, o mestrado do IEI tem sua origem no curso de Economia da Tecnologia que fazia parte do Programa de Engenharia da Produção da COPPE. Esse curso – Economia da Tecnologia - funcionou durante três anos 1976, 1977 e 1978, fornecendo aos alunos o diploma de mestrado em Engenharia de Produção com especialização em Economia da Tecnologia. Havia portanto, um núcleo anterior à criação do Instituto de Economia Industrial. Isso possibilitou a vinda de professores, via concurso, da COPPE para o IEI quando o mestrado foi criado. Segundo o depoimento do professor D não havia na COPPE espaço para a criação do mestrado em Economia:

“o espaço era nulo, não existia.”

Deve-se a essa conjuntura o fato de alguns professores do IEI com formação em Engenharia passarem a integrar o seu corpo docente.

Compreende-se assim que a criação do IEI deveu-se à junção de dois grupos: um composto por professores/pesquisadores da COPPE e outro grupo formado por técnicos e profissionais de alta qualificação que trabalhavam na área de Estudos da FINEP.

É bom lembrar, como afirma um dos entrevistados (professor B) que

“A FINEP tinha montado um centro de estudo extremamente qualificado e melhor do que os próprios cursos de mestrado e pós-graduação que existiam nesta área na época. Então havia uma concentração de cérebros nesta área do conhecimento da Economia da Tecnologia muito grande”.

Ressalte-se que à Prof^a Maria da Conceição Tavares é atribuído o papel de catalisadora na reunião desses dois grupos de maneira a elaborar o projeto de criação do Instituto de Economia Industrial ao qual estaria subordinado um programa de pesquisas e um programa de pós-graduação em Economia.

Houve fatores conjunturais que facilitaram a criação do IEI e portanto do próprio mestrado em Economia. Nessa época, a política da FINEP através do FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico era de estimular o surgimento de núcleos de pós-graduação e pesquisa em paralelo às estruturas convencionais da Universidade. Isso já tinha sido feito com a COPPE. Daí ter sido feito esse movimento na Economia de um programa de pós-graduação e pesquisa numa estrutura fora da Faculdade de Economia e Administração

Criado o IEI foram implementadas duas linhas de pesquisa: Economia Industrial e Economia da Tecnologia (fruto da fusão com o Mestrado da COPPE), possibilitando aos alunos dois tipos de formação.

Inicialmente será tratado o item relacionado à questão :

- 1. Quais foram os objetivos iniciais da criação do Instituto de Economia Industrial?**

4.1.3 Objetivos iniciais

Aqui são apresentados inicialmente, através da narrativa dos professores, os objetivos da criação do IEI.

Conforme atesta a documentação sobre o tema, os depoimentos corroboram a idéia de que o objetivo do Instituto era a formação de quadros para a administração pública para o aparelho estatal”.

“Era uma coisa explícita, falada cotidianamente”, de acordo com o professor C.

Os entrevistados praticamente em uníssono confirmam essa argumentação. Há uma ponderação do professor E que enfatiza este aspecto:

“[...] é verdade. Eu confirmo. Tanto assim que nessas primeiras turmas, havia uma cota de vagas para [a] seleção de profissionais do setor público. A maior parte das vagas destinava-se a seleção através do concurso da ANPEC, mas sempre se oferecia cinco vagas para técnicos do setor público que deveriam ser liberados pelas empresas e seriam selecionados através de entrevista pelo Instituto de Economia Industrial. E aí vieram pessoas do BNDES, do Banco Central, de outros órgãos públicos.”

O professor F avalia:

“Foi uma orientação natural para a UFRJ [...] a sua pós-graduação na direção a Economia Industrial. Imaginava-se estudar o fenômeno do desenvolvimento industrial como um fenômeno teórico, como um fenômeno histórico diferenciado mediante a comparação de distintas trajetórias de desenvolvimento industrial e mediante um objeto de análise aprofundado.”

Aqui, deve ser feito um parênteses para que os professores entrevistados dêem suas impressões sobre um episódio ocorrido em 1981 e que terminou provocando o afastamento de alguns professores do IEI.

4.1.4 A ruptura do grupo fundador

À despeito do excelente desempenho do curso nos três primeiros anos, é parte da memória do IEI a ruptura ocorrida no grupo fundador em 1981. Este fato é atribuído, por alguns, ao rápido processo de criação do IEI, que aconteceu antes mesmo da sua institucionalização, que por seus aspectos intrínsecos, viria estabelecer normas e mecanismos de controle garantindo assim o crescimento mais ordenado da Instituição. Isto provocou, por

exemplo, segundo alguns, a absorção de um número de professores muito além das reais necessidades do IEI. Para outros no entanto, a ruptura foi fruto de disputas internas, com alguns defendendo um mestrado mais centrado na FEA e mais acadêmico e outros defendendo um mestrado mais operacional, ligado ao setor público. Há uma terceira versão - do professor E - que interpreta a ruptura como decorrente da

“tentativa de um grupo de se assegurar de uma maioria no Conselho Deliberativo do Instituto. A par das divergências de conteúdo, havia uma certa desconfiança de algumas pessoas de que um processo inteiramente democrático de escolha de representantes de professores e de pesquisadores no Conselho Deliberativo poderia levar a uma perda de qualidade no Programa.”

Como decorrência da crise houve a renúncia de uma só vez do grupo fundador. Este grupo era constituído dos seguintes professores: o Diretor do Instituto, Prof. Américo Cury que logo se aposentou; o Vice-Diretor, Prof. José Pelúcio Ferreira; o Diretor da FEA, Prof. Winston Fritsch e o Chefe do Departamento de Economia da FEA, Prof. Jacob Frenkel. Permaneceram no Instituto, além do grupo que tinha uma ligação mais estreita com Campinas tendo à frente a Prof^a Maria da Conceição Tavares, outros que não faziam parte do grupo fundador mas que já estavam no IEI: Prof. Carlos Lessa, Prof. Castro e ainda o grupo remanescente da COPPE: Prof. José Ricardo Tauile, Prof. João Sabóia e Prof. Ortega.

O relato desse episódio está presente no discurso de todos os professores, variando tão somente o peso que lhe é atribuído. Funciona, no entanto, como uma espécie de divisor de águas num período marcado por grandes realizações. É de se entender as reações. Afinal, houve uma dispersão do grupo fundador e o surgimento de uma nova liderança na figura da Prof^a Maria da Conceição Tavares. Outros tantos se afastaram do Instituto e retornaram a FEA e outros ainda se transferiram de unidade ou mesmo de Universidade.

Os impactos dessa crise deixaram portanto, segundo o professor E, marcas significativas no grupo.

“Com um prejuízo acadêmico para a Instituição. Quer dizer, o esforço de reconstituição desse tecido levou anos.”

De qualquer maneira, do ponto de vista institucional o episódio é visto como algo inteiramente superado, especialmente com a fusão do Instituto de Economia Industrial e do Departamento de Economia da antiga FEA e a constituição de um novo Instituto de Economia em 1996, ocasião em que diversos professores que haviam se afastado voltaram a se reintegrar de uma forma ou de outra no trabalho comum.

É interessante observar que a fusão entre as duas instâncias – **integração FEA-IEI (categoria 4)** - já pensada em 1987, conforme mencionado em Ata daquele ano é colocada e reconhecida pelos professores como algo relevante na trajetória da Instituição. Vêem nessa decisão um passo importante para a reintegração de professores ao quadro de docentes do IE.

O professor C comenta sobre a fusão:

“É, isto aí foi uma coisa boa que aconteceu [...]”

E, o mesmo professor acrescenta sobre o objetivo básico dessa fusão:

“Acabar com a divisão ou a falsa divisão entre a pós-graduação e a graduação. A unidade é uma só. Os professores dão aula na pós e na graduação.”

A seguir serão abordados os itens que se relacionam a pergunta:

2. Esses objetivos se mantiveram ao longo do tempo?

4.1.5 O IEI: o que mudou?

Os discursos produzidos reconhecem que a primeira fase do IEI foi caracterizada por um alto grau de dinamismo, o mesmo não ocorrendo na etapa posterior. Desta maneira o compromisso inicial da busca por uma alternativa de modelo de país

“se perdeu. Foi se diluindo, foi se ossificando, [a Instituição] foi se adaptando a um estado de coisas [havendo] pouca resistência hoje aqui.” (professor C).

É interessante observar na narrativa acima, **o emprego dos verbos no gerúndio** dando idéia do que foi se esgarçando ao longo do tempo. As mudanças, em relação aos compromissos iniciais do IEI não ocorreram de imediato. Essas perdas se deram gradativamente. Foram fruto de um processo.

Neste sentido, a Instituição está cada vez mais orientada para o mercado, o que conduz a perda de independência e de autonomia na tomada de decisões, que passaram a ser referenciadas pelos critérios de avaliação da ANPEC e da CAPES. Há, portanto, uma posição crítica em relação a política de avaliação dessas duas entidades e especialmente ao fato do IEI se submeter a elas. Para o professor C

“É questionável esse padrão de avaliações. É questionável toda uma forma de pontos no sistema educacional.”

Um outro professor identifica equívocos nos critérios de avaliação dos cursos de pós-graduação caracterizados pela sua extrema rigidez e pela inadequação de seu uso à Economia como área de conhecimento. Este entrevistado - professor E - observa que o sistema de pós-graduação no Brasil passou por um processo de

“enrijecimento, de congelamento com a adoção de critérios de avaliação muito rígidos e fundados por princípios, formas de atuar cientificamente próprios de outras áreas do conhecimento que não a nossa. E o mais grave é que essas avaliações passaram a ser condição para acesso a recursos, a bolsas etc... Então, então eu diria assim, tanto pelas circunstâncias políticas gerais do país, pela orientação que prevaleceu na carta do CNPq para avaliação dos cursos de pós-graduação, houve um outro processo de desvio de percurso do IE dos seus objetivos originais para se parecer muito com uma escola convencional de Economia.”

As falas dos professores, com relação à manutenção dos objetivos iniciais do Instituto de Economia, sugerem uma espécie de paralização. São utilizados termos como:

enrijecimento, congelamento, que se contrapõem radicalmente à visão da primeira fase da Instituição caracterizada pelo grande dinamismo.

A alternativa sugerida a esse modelo seria a criação de novos cursos de pós-graduação no âmbito do IE, sendo considerado como único impedimento a falta de espaço e talvez a diversidade existente entre os grupos que compõem o seu quadro de professores. Há um otimismo na viabilidade desse modelo, tomando como referência a experiência da COPPE que tem sido muito bem sucedida ao manter vários programas de mestrado em funcionamento.

Comenta o professor C:

“Mas eu não acho absolutamente impossível, na verdade quase desejo de acontecer que você tivesse aqui uma estrutura parecida com a da COPPE. Com vários programas de pós-graduação para atender mais amplamente o público. Acho que necessita, que é o ele quer.”

Há também uma vertente que considera que os objetivos iniciais da criação do IEI a partir de algum momento se perderam por questões internas e externas ao próprio Instituto. Na verdade, segundo esta percepção, o projeto de ensino e pesquisa do IEI no final dos anos 70 e durante boa parte dos anos 80 estava associado à expectativa de um percurso para o Brasil diferente do que ele teve. Na opinião do professor E

“Certamente que a derrota das esperanças daquela época se refletiu no comportamento, na atividade de todos nós.”

Para o professor E, os que conceberam o IEI guardavam a expectativa de que o processo de redemocratização do país conduziria a retomada do

“desenvolvimento econômico, da indústria, [do] progresso científico e tecnológico e de uma maior justiça social e isso não ocorreu. Na verdade, ocorreu o contrário.”

Há uma interessante avaliação sobre o desvio de percurso do Instituto no ensino da Economia. Um dos professores propõe uma análise mais ampla, reunindo a graduação e a pós-graduação, afirmando que embora existam dificuldades enfrentadas pela graduação, considera que ela preserva mais espírito crítico do que a pós-graduação. Acredita que a

situação na pós-graduação é mais grave. Observa que o projeto do IEI se fundava num programa de pós-graduação de pesquisa que deveria alimentar permanentemente inclusive a graduação. Portanto, a opinião é de que na pós-graduação de pesquisa é que teria havido um maior afastamento da rota original. Nesta linha de pensamento isto não seria decorrente de uma orientação do ensino para o mercado, até porque o requisito da pós-graduação (mestrado e doutorado) não é um requisito de mercado. Acredita que é uma opção teórico-metodológica em termos de entendimento do que seja Economia que considera complicada. Pelo menos, complicada.

Estas reflexões em torno da trajetória da Instituição permitem vislumbrar um desejo de mudança, de correção de rumos. Mas para tanto seria necessário, de acordo com o professor C, o surgimento de uma liderança: **“liderança de fato”**.

Há nas narrativas a crença de que algo pode ser feito para enfrentar uma conjuntura na qual o IE já não ocupa mais uma liderança isolada entre os cursos de pós-graduação, uma vez que outros mestrados como os da FGV, PUC e IBMEC passaram a ser concorrentes de peso, deslocando o IE da sua posição privilegiada. Por tudo o que foi dito depreende-se que não há por parte dos professores uma preocupação em competir pela primeira colocação a partir dos critérios vigentes. O importante é o IE encontrar o seu próprio nicho, construir o seu espaço. Como comenta o professor A:

“Seria necessário apresentar-se como um produto diferenciado no mercado: nós estamos aqui para pensar o desenvolvimento, para pensar uma nova inserção do Brasil no século XXI.”

Vale mencionar o comentário do professor D sobre a sua percepção em torno das mudanças ocorridas no IE e que remetem à **parceria com órgãos públicos (categoria 2)**, construída com base na consulta às Atas:

“Então, na verdade a gente se transformou nesse período [...] Eu acho que a nossa cara ainda é uma cara de fazer muito trabalho para o governo [...] são grandes empresas estatais que nos contratam ou o próprio governo [...] a gente faz pouco trabalho de pesquisa, por exemplo, pro setor privado strictu sensu.”

As narrativas aqui presentes falam das identidades do IE. É interessante por isto mesmo, retomar o pensamento de Hall que aponta para o caráter plural da identidade na sociedade em que vivemos. Este autor trabalha por isto mesmo com o conceito de “identidades”. Enfatiza que na Modernidade elas são construídas em sua diversidade através dos discursos e práticas, o que contraria de certa forma a visão clássica de identidade, ao admitir os seus aspectos contraditórios e a sua não unicidade. Esta nova concepção, de acordo com Hall (2000)

aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao logo dos discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação (HALL, 2000, p. 108).

A seguir serão considerados os itens referentes a pergunta:

3. Como o professor entrevistado vê o IE hoje?

4.1.6 O Instituto de Economia na atualidade

Na opinião dos professores o Instituto de Economia requer uma mudança, que passa por uma tomada de decisões sobre que caminhos trilhar no futuro. Há uma quase unanimidade quanto ao diagnóstico de que é necessário um processo de expansão no número de programas de pós-graduação em Economia, se o Instituto deseja superar as dificuldades apontadas. Talvez um outro programa na área de desenvolvimento econômico ou em áreas de maior interdisciplinaridade. Nota-se, segundo opinião de alguns entrevistados, que o número de professores é muito grande para apenas um programa de pós-graduação. Seria uma forma de dinamizar mais a Instituição. Segundo as opiniões há espaço para isso, o que representaria a

agregação dos professores que estão sub-utilizados, um incentivo à publicação e estímulo à pesquisa. O professor E diz o seguinte:

“Bom, olha só. Eu acho que o futuro é uma coisa que a gente define a cada momento, quer dizer, é claro, que o passado, a história recente tem um peso nisso, as dificuldades do presente também. Mas eu acredito que se possa redefinir isso, não é? Isso vai exigir de todos nós [...], tomada de decisões mesmo sobre que caminhos trilhar no futuro. Por que que eu digo isso? Hoje nós, um conjunto assim de cerca de oitenta professores, dos quais sessenta doutores e o que que acontece? Nós recebemos o que? Vinte, vinte e poucos alunos de pós-graduação por ano. É professor, é doutor demais prá essa pós-graduação. Quer dizer, se o Instituto opta pelo caminho de manter um único programa de pós-graduação em Economia provavelmente essas dificuldades que eu apontei prevalecerão nos próximos anos. Uma alternativa possível é criar um outro programa tá? dentro do Instituto de Economia. Por exemplo, na área de desenvolvimento econômico ou em áreas de maior interdisciplinaridade e com isso incentivar a publicação, incentivar a pesquisa [...] Dinamizar. Então, isso aí pode ser um caminho possível não é? Mas de qualquer forma, principalmente na Economia, por mais pretensa ou pretensiosamente acadêmicos que nós queiramos ser, o nosso futuro não é desligado do futuro do país não é? Ao contrário, quer dizer [...] sempre haverá uma forte interação entre a pesquisa e o ensino da Economia e as trajetórias políticas e política econômica que o Brasil trilhará”.

No seu processo de mudança o IE, segundo os entrevistados, não é mais o mesmo Instituto de Economia Industrial. É Instituto de Economia com várias especialidades, embora a marca da indústria ainda permaneça. Todavia o curso mesmo não é mais o mesmo curso de Economia Industrial sob o ponto de vista da formação.

Ao mesmo tempo em que se confirma que na área da pesquisa o IE funciona com vários grupos, com formações diferentes e trabalhando em áreas distintas, hoje seu projeto básico está mais comprometido, na opinião de um dos professores, com a boa formação para economistas e por outro lado, com a participação bastante ampla em pesquisas as mais variadas mostrando capacidade de desenvolver projetos de pesquisa com muita competência.

É enfatizado que a liderança exercida pela Prof^a Maria da Conceição Tavares não encontrou quem a sucedesse. É reconhecido, que na verdade, o Instituto se ressentiu disso. No entanto, essa concepção não é unânime, já que a questão da liderança é contestada em um dos discursos – professor D - de forma bem enfática:

“eu acho que não precisa ter essa liderança. Eu acho que essa liderança pode significar mitos. Muitas vezes significa mitos porque a liderança, alguns vão naturalmente aceitar [...], outros não vão aceitar.”

Segundo este professor, os grupos tendem também a se reunir obedecendo a critérios de afinidade, de identificação o que reduz a possibilidade de atrito.

Há ainda sobre o IE uma percepção bastante favorável entendendo que a Instituição foi capaz de ampliar seu escopo e assumir uma posição de vanguarda ao realizar trabalhos em direção diversa da que ela privilegiava quando da sua criação.

“Quero crer que os trabalhos do Instituto tiveram sucesso, porém, na medida em que avançou a crise brasileira e se desdobrou a discussão da política econômica para outros domínios, foi necessário ao próprio Instituto ampliar e modificar o espectro de suas atenções iniciais. Creio que foi cada vez mais se orientando a uma reflexão mais abrangente do ponto de vista da economia política [...]. Quero crer que, do ponto de vista teórico, o Instituto desenvolveu um núcleo capacitado para discutir desenvolvimento econômico, quer numa perspectiva conceitual, quer numa perspectiva histórico-comparada. [...]

Quero crer que o Instituto, ao ter saído da denominação IEI para IE, respondeu rigorosamente a essa ampliação de escopo e a intenção de antes da sua reprodução.”
(professor F).

Ao final desta análise vale considerar, que embora não esteja presente na narrativa dos professores comentário sobre a **criação de cursos (categoria 3)** – construída através da consulta às Atas – é de se compreender que toda a política afeta a esta categoria foi implementada. Conforme mencionado na análise dos documentos impressos, tanto os cursos de especialização quanto o de doutorado se tornaram uma realidade dentro da Instituição.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho, em grande parte, foi desenvolvido durante o ano de 2004, ocasião em que o IE completou 25 anos da criação da sua pós-graduação. A passagem do tempo demonstra que este é um período razoável para uma instituição acumular experiência e memória.

A comemoração desta data representou – e este trabalho pode se constituir em mais uma contribuição – uma oportunidade para que a Instituição faça uma reflexão sobre os caminhos percorridos e das suas realizações. Neste sentido os professores que participaram da implementação deste projeto são peças-chave no testemunho dos equívocos e dos acertos e que hoje são parte da memória da Instituição.

É relevante lembrar que o marco institucional sobre o qual se construiu a memória do Instituto refere-se ao período 1979-1996, corresponde à criação do Instituto de Economia Industrial (IEI) e portanto do mestrado. Esta fase é também parte da história do hoje Instituto de Economia (IE) fundado em 1996 com a fusão da graduação e da pós-graduação em Economia. Vale dizer que a memória do IEI está, desta maneira, incorporada a própria memória do IE.

O que havia sido vislumbrado ainda na fase da preparação do anteprojeto, e que serviu de estímulo a levá-lo adiante, terminou se confirmando à medida que este trabalho ganhava corpo. Era importante dar voz aos professores que estiveram à frente de um projeto institucional ambicioso, que visava não somente à criação de mais um mestrado, mas de fazer dele um instrumento capaz de contribuir para a construção de um novo projeto de nação.

Representou também uma oportunidade de se ter uma perspectiva da Instituição, no processo de (re)construção da sua memória, de profissionais que a ela estiveram vinculados toda uma vida, ponto de vista este que seria lamentável se perder pela ausência de registro

impresso. Certamente nesses discursos encontram-se algumas informações não publicadas em fontes oficiais impressas, mas que ao mesmo tempo são parte da sua memória. Paralelamente, foi possível analisar a contribuição e conferir os devidos créditos à docentes, já falecidos, mas cujo trabalho foi de alto significado simbólico na criação do mestrado em Economia da UFRJ. São eles: Prof. Américo Cury e Prof. José Pelúcio Ferreira.

Deve ser registrado que a disponibilidade apresentada pelos professores no sentido de contribuir para a construção dessas memórias sugere o quanto tem significado para eles trabalhar nesta Instituição.

Acrescente-se também que as propostas de fundação do IE, tão profundamente identificadas com os caminhos sonhados para o país, ao serem retomadas nesses discursos permitem uma espécie de um balanço dos percursos e opções feitos em termos de política econômica por diferentes governos.

As narrativas dos docentes aqui entrevistados deixam entrever que algumas das suas expectativas em relação à Instituição foram frustradas. Houve a necessidade do IE se adequar aos novos tempos e assumir novas identidades, ampliando assim o seu espectro de atuação.

O depoimento de alguns desses atores sugere no entanto, que a Instituição não levou tão a fundo este processo, pelo menos tanto quanto seria necessário, o que a teria conduzido a uma certa estagnação. Sob este aspecto caberia ainda ao IE rever algumas das suas políticas institucionais visando ampliar o número de mestrados, o que possibilitaria a utilização de um maior número de professores que não dão aula na pós-graduação. E especialmente conduziria o IE à construção de um espaço mais amplo como curso de mestrado.

Importa registrar que há vozes discordantes que acreditam que o Instituto já respondeu de maneira afirmativa a esta ampliação de escopo “ampliando e modificando o espectro das suas atenções iniciais”.

Nota-se também nos sentidos constituídos nessas narrativas, um tom crítico à submissão do IE aos critérios de avaliação da CAPES. Os professores, em sua grande maioria, discordam desses critérios e consideram que o IE deveria buscar outras alternativas e uma posição mais independente.

Clama-se aqui pela emergência de novas lideranças que pudessem auxiliar no processo de se repensar a Instituição. Isto seria possível e necessário.

Fala-se também, da utilidade dos diversos grupos que integram o IE de estabelecerem um diálogo mais franco entre si, ao mesmo tempo em que reconhecem-se as diferentes competências no interior do Instituto.

Se a memória do IE é palco para algumas lamentações é também na linguagem em que ela se constrói, espaço para que sejam tecidos louvores a outras iniciativas. É o caso da criação do Instituto de Economia (IE) em 1996, ao permitir a fusão da graduação com a pós-graduação. De maneira geral é vista como uma iniciativa que proporcionou uma maior aproximação e até mesmo um retorno de docentes que estavam afastados da pós-graduação desde o momento da ruptura do grupo fundador em 1981.

O estudo aqui desenvolvido sugere diferentes representações do IE no imaginário de seus professores, compatíveis com as diversas fases vividas pelo Instituto ao longo da sua história. Num primeiro momento, relativo à fase de implementação e consolidação do mestrado (os três primeiros anos), é considerado o período áureo. A segunda fase coincide com a frustração de uma política de governo que não levou a retomada do processo de industrialização e que determinou uma certa acomodação dentro da Instituição. A terceira fase pode ser caracterizada como aquela que é inaugurada com a fusão da graduação com a pós-graduação quando é criado o IE em 1996. Aqui ressurgem toda uma crença da possibilidade de mudança e de reestruturação da Instituição. Se para alguns isto não se cumpriu

integralmente, fica a expectativa de que algo mais possa ser feito neste sentido. Os discursos aqui produzidos reiteram este desejo de maneira que a Instituição possa avançar mais.

Um olhar sobre esta memória deve considerar não somente o que foi explicitado pelo conjunto de docentes, mas também o que foi esquecido, pois este esquecimento pode vir carregado de sentidos. À propósito, é útil recorrer ao pensamento de Pêcheux ao lembrar que a Análise do Discurso inaugura novas maneiras de ler. Ao fazê-lo aceita a não transparência da linguagem e as ilusões do sujeito. O que significa dizer que ao se trabalhar com esta metodologia a intenção não é “resgatarem-se” sentidos verdadeiros, pois não se trata de algo que havia e foi perdido, esquecido. O esquecimento de que se trata não é voluntário, é um esquecimento estruturante que deve ser considerado como parte da significação.

Vale destacar que houve concordância de opinião dos entrevistados em relação à Instituição sob os seguintes aspectos:

- O período imediato à criação do IEI foi muito promissor, porém fatores internos e externos, contribuíram para que determinadas metas não se cumprissem;
- O Instituto, cumprindo objetivo traçado desde a criação do curso de Economia vinculado a uma estrutura universitária, visava à formação de quadros para atender ao aparelho estatal e tem cumprido em grande parte esta expectativa;
- é recomendável e necessário ampliar os programas de pós-graduação no âmbito do IE como forma de atender a novas demandas, criando por outro lado alternativas de crescimento do próprio IE em termos institucionais.

A discordância de opinião ficou claramente delineada em relação a um aspecto:

- Enquanto a grande maioria destaca a importância da necessidade da emergência de uma nova liderança no IE, há opinião de que isto não seria necessário, pois, poderia expor o grupo à situações de conflito.

Ao se concluir este trabalho sobre a memória do IE e promover um estudo das suas representações, é importante considerar que, assim como a memória conserva o seu aspecto dinâmico, espera-se que os discursos aqui produzidos possam atuar não somente como um olhar sobre o passado da Instituição, mas que tenham capacidade de lançar luzes sobre o seu futuro como parte de um processo transformador.

REFERÊNCIAS

ALVES, Márcio Moreira. Salvar a memória. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 nov. 2002. Disponível em: <<http://www.oglobo.com.br/colunas>>. Acesso em: 15 nov. 2002.

CALMON, Pedro. **O Palácio da Praia Vermelha 1852-1952**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1952. Não paginado.

CASTRO, Nivalde José de Castro. **O economista: a história da profissão no Brasil**. Rio de Janeiro: COFECON, 2001. 91p.

COBALÉA, Affonso Aristeu. **Este Palácio Universitário: micro-história**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986. 1p.

DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória? In: ACAHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999. s.p.

DUVIGNAUD, Jean. Prefácio. In: HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1990. p. 10-17.

EPELBOIM, Solange. Memória individual e memória social/coletiva: considerações à luz da psicologia social. **Memorandum**, n. 7, out. 2004. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos07/epelboim01.htm>>. Acesso em: 4 mar. 2005. (Consulta feita no Portal CAPES – Periódicos nacionais).

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975. 1499p.

FERREIRA, Lucia M. A.; ORRICO, Evelyn G. D (Org.). **Linguagem, identidade e memória social: novas fronteiras, novas articulações**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 7-12.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Vértice, Ed. Revista dos Tribunais. 1990. 187p.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade?. In: _____. SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. Cap. 3, p. 103-133.

HUYSSSEN, Andreas. Passados presentes: mídia, política, amnésia. In: _____. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. p. 9-40.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1990. p. 535-553.

LESSA, Carlos; EARP, Fábio Sá. **Mais além do II PND**: o Instituto de Economia da UFRJ. 1999. 22p.

MEMÓRIA colectiva: (des)continuidade do passado no presente. **Halbwachs & companhia**. 18 abr. 2004. Disponível em: <<http://memoriacolectiva.blogs.sapo.pt/>> . Acesso em: 20 maio 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em representações sociais**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. Cap. 3, p. 89-111.

MONTEIRO, José Luiz Fontes. **Projeto Gênese**: memória da UFRJ: descrição detalhada do projeto. 2003. 9p. (Proposta do SiBI/UFRJ ao Ministério da Ciência e Tecnologia-MCT e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPQ).

MOSCOVICI, Serge. Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. In: JOELET, Denise (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. p. 45-66.

MOTTA, Marly Silva da. Economistas: intelectuais, burocratas e “mágicos”. In: GOMES, Angela de Castro. **Engenheiros e economistas**: novas elites burocráticas. Rio de Janeiro: FGV, 1994. p. 82-140.

NAME, Daniela; BIAGGIO, Jaime. Memória preservada. **O Globo**, Rio de Janeiro, 5 jan. 2005. Segundo Caderno. Disponível em: <<http://www.oglobo.com.br/segundocaderno>>. Acesso em 5 jan. 2005.

NAMER, Gérard. Réediter Les cadres sociaux de la mémoire de Maurice Halbwachs. In: HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Ed. Albin Michel, 1994. p. 299-367.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 9, dez. 1993. p. 7-28.

ORLANDI, Eni P. O discurso. In: _____. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002. Cap. 1, p. 15-22.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). Parte 1 – Análise de conteúdo e teoria do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux . 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1997. p. 61-105. (Repertórios).

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. p. 200-215.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. p. 3-15.

POMIAN, Krzysztof. **Memória**: atlas, documento/monumento, fóssil, memória, ruína/restauro. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2000. v. 42 (Sistemática). p. 507-516.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra: FGV, 2000. 405p.

TRANNIN, Maria Cecília. **Artigos ESCM**. 19 maio 2004. Disponível em: <www.escm.ucam.edu.br/artigos20.asp> Acesso em: 20 maio 2004. (não paginado).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS. Regimento do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. **Boletim da UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 45, 8 nov. 1973. Aprovado pelo Conselho Universitário, em 25 de outubro de 1973. 16p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS. INSTITUTO DE ECONOMIA. **Projeto de recuperação e modernização da Biblioteca Eugênio Gudín**. Rio de Janeiro, 2000. 35p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS. INSTITUTO DE ECONOMIA. Regimento, Título I. da Instituição e seus fins. **BOLETIM UFRJ**, v. 32, n. 37. 11 set. 1980. p. 37-38.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS. INSTITUTO DE ECONOMIA. **Regimento Interno**. s.d.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS. INSTITUTO DE ECONOMIA. **Relatório de Atividades 2002**. Rio de Janeiro, 2003. 66p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS. INSTITUTO DE ECONOMIA. **Solicitação de vagas 2005**. Rio de Janeiro, 2005. 5p.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

ANEXOS

Anexo 1
CARTA PADRÃO

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM MEMÓRIA SOCIAL E DOCUMENTO

Prezado Professor

Como parte do trabalho de dissertação do Programa de Pós-Graduação em Memória Social que tem como objeto a construção da memória do Instituto de Economia/UFRJ (período 1979-1996), a aluna Jane Maria Medeiros solicita sua contribuição, através da realização de uma entrevista, que permitirá o estudo das representações da Instituição no imaginário do seu corpo docente, no tocante à sua criação e trajetória.

Vale ressaltar, que a inclusão do seu nome na rede de entrevistados deve-se a sua relevante participação e conhecimento do Instituto no período em questão, informação esta colhida em entrevista exploratória feita anteriormente com o Prof. Nivalde José de Castro.

Acrescente-se que esta entrevista será gravada em fita cassete e solicitamos sua autorização, caso aceite concedê-la, de tornar público o conteúdo de sua entrevista quando da elaboração da dissertação e dos artigos que dela decorrerem.

Com os nossos agradecimentos antecipados, aguardamos confirmação e agendamento.

Atenciosamente,

Prof^a. Dr^a. Evelyn Goyannes Dill Orrico

Orientadora

Jane Maria Medeiros

Mestranda

Anexo 2
ENTREVISTA - PERGUNTAS

A entrevista constou de três perguntas:

1. Quais foram os objetivos iniciais da criação do Instituto de Economia Industrial?
2. Esses objetivos se mantiveram ao longo do tempo?
3. Como o professor entrevistado vê o IE hoje?

